



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Carolina Azeredo Costa

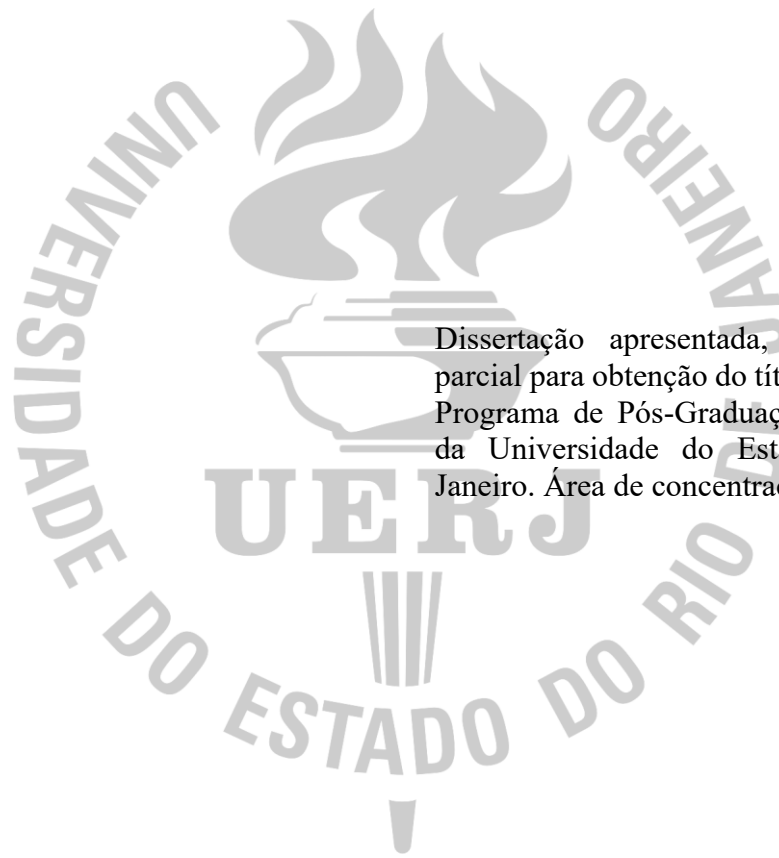
Empirismo e Naturalismo em Quine e as críticas de Donald Davidson

Rio de Janeiro

2024

Carolina Azeredo Costa

Empirismo e Naturalismo em Quine e as críticas de Donald Davidson



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Edgar da Rocha Marques

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C837 Costa, Carolina Azeredo.
Empirismo e Naturalismo em Quine e as críticas de Donald Davidson / Carolina Azeredo Costa. – 2024.
59 f.

Orientador: Edgar da Rocha Marques.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Empirismo - Estados Unidos - Teses. 2. Naturalismo - Teses. 3. Linguagem e línguas - Filosofia - Teses. 4. Filosofia - Teses. I. Marques, Edgar da Rocha. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 165.64(73)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carolina Azeredo Costa

Empirismo e Naturalismo em Quine e as críticas de Donald Davidson

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Filosofia.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edgar da Rocha Marques (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Karla de Almeida Chediak
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Carolina Ignacio Muzitano
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Davi da Silva San Gil
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Ao professor Edgar Marques, pela orientação, paciência e pelas valiosas observações que foram feitas ao longo deste trabalho.

À professora Karla Chediak, que despertou em mim o interesse pela filosofia de Quine e Davidson durante a graduação.

Ao meu companheiro, Fernando, pelo carinho e incentivo, especialmente nos momentos mais difíceis.

RESUMO

COSTA, Carolina Azeredo. *Empirismo e Naturalismo em Quine e as críticas de Donald Davidson*. 2024. 59 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A filosofia empirista de Willard Van Orman Quine e as críticas de Donald Davidson são essenciais para compreender as nuances e os desafios da epistemologia contemporânea. Quine desenvolveu uma abordagem empirista que questiona a distinção entre conhecimento analítico e conhecimento sintético, argumentando que todas as crenças são revisáveis à luz da experiência sensível. Além disso, sua teoria da subdeterminação da tradução implica na adesão de um relativismo conceitual, que defende a possibilidade de diferentes esquemas conceituais que se relacionam com a realidade. Donald Davidson, por sua vez, criticou diversos aspectos da filosofia quineana, especialmente sua concepção a respeito do relativismo conceitual. Sua ênfase na interpretação radical e utilização da teoria da verdade de Tarski lançou luz sobre a compreensão da linguagem e da comunicação interpessoal, desafiando os pressupostos tradicionais do empirismo. Nesta dissertação exploro os principais conceitos pertinentes à filosofia de Quine e procuro corroborar com as críticas de Davidson a respeito da ideia de esquema conceitual.

Palavras-chave: empirismo; naturalismo; conhecimento; linguagem; coerentismo; fundacionalismo; esquema conceitual.

ABSTRACT

COSTA, Carolina Azeredo. *Empiricism and Naturalism in Quine and Donald Davidson's criticisms*. 2024. 59 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Willard Van Orman Quine's empiricist philosophy and Donald Davidson's criticisms are essential to understanding the nuances and challenges of contemporary epistemology. Quine developed an empiricist approach that questions the distinction between analytical knowledge and synthetic knowledge, arguing that all beliefs are reviewable in light of sensory experience. Furthermore, his theory of underdetermination of translation implies the adherence to conceptual relativism, which defends the possibility of different conceptual schemes that relate to reality. Donald Davidson, in turn, criticized several aspects of Quinean philosophy, especially his conception of conceptual relativism. His emphasis on the radical interpretation and utilization of Tarski's theory of truth shed light on the understanding of language and interpersonal communication, challenging the traditional assumptions of empiricism. In this dissertation I explored the main concepts pertinent to Quine's philosophy and I seek to corroborate Davidson's criticisms regarding the idea of a conceptual scheme.

Keywords: empiricism; naturalism; knowledge; language; coherentism; foundationalism; conceptual scheme.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 A FILOSOFIA DE QUINE E UM PERCURSO DO EMPIRISMO LÓGICO E MODERNO.....	9
1.1 A doutrina empirista.....	9
1.2 O Círculo de Viena.....	12
1.3 Empirismo sem dogmas.....	15
1.4 Epistemologia naturalizada.....	18
1.5 O problema da tradução.....	23
1.6 O princípio de caridade.....	30
2 DAVIDSON E O TERCEIRO DOGMA DO EMPIRISMO.....	32
2.1 A ideia de esquema conceitual.....	33
2.2 Interpretação radical.....	37
3 A EPISTEMOLOGIA ANTIFUNDACIONALISTA DE DAVIDSON.....	46
3.1 O Coerentismo como alternativa a epistemologia Fundacionalista.....	46
3.2 O dado sensível como meio de dar objetividade ao conhecimento.....	50
3.3 Sentenças observacionais.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é apresentar as principais características do pensamento dos filósofos Willard Van Orman Quine e Donald Davidson, especialmente em relação aos conceitos que tratam da filosofia da linguagem e das objeções colocadas por Davidson a algumas das teses semânticas defendidas por Quine. Buscará entender a influência dos Positivistas Lógicos, principalmente de Rudolf Carnap, nas concepções iniciais de Quine e as divergências que se iniciaram em 1951 com a publicação de “Dois Dogmas do Empirismo”, um dos seus artigos mais famosos, no qual apresenta fortes críticas aos pressupostos positivistas tendo em vista a construção de um novo empirismo. Após a abordar o empirismo de Quine, será apresentada a filosofia de Donald Davidson, que questiona a própria doutrina empirista, considerando-a como um dogma.

O primeiro capítulo será dedicado a percorrer a trajetória filosófica de Quine, iniciando com sua posição crítica ao empirismo lógico e, indiretamente, ao empirismo moderno (com a publicação de “Dois Dogmas do Empirismo”) até o estabelecimento de sua própria filosofia, que pode ser identificada através de obras como “Palavra e Objeto” e os artigos “Epistemologia Naturalizada” e “Falando de Objetos”. Nesse primeiro capítulo buscarei investigar os seguintes aspectos de sua filosofia: (1) A recusa da distinção analítico-sintético, que pressupõe a existência de enunciados que são verdadeiros apenas em virtude de seus significados; (2) A recusa do método da verificação reducionista para constatação da verdade dos enunciados. (3) a concepção de epistemologia como “epistemologia naturalizada” que não aceita a existência de conhecimentos a priori; (4) A ideia de que há diferentes modelos interpretativos para se referir ao mundo, ou seja, seu conceito de relatividade ontológica.

Quine discute a impossibilidade de sustentar a epistemologia clássica, pois uma noção que está em sua base é a ideia de que a epistemologia (o estudo do conhecimento) abarcaria em si a ciência natural. Segundo Quine, na verdade ocorre o oposto: a ciência natural conteria em si a epistemologia, uma vez que esta seria apenas um capítulo de uma das ciências naturais (a psicologia). Conforme destacado por Peter Hylton em sua obra sobre Quine, o naturalismo quineano está interligado a noção de que não há ponto de vista “fora”, a partir do qual a filosofia pudesse falar sobre a ciência. A respeito disso ele afirma:

O naturalismo de Quine é revolucionário: ele nega que possa haver um ponto de vista nitidamente filosófico a partir do qual possamos refletir sobre o conhecimento. Afirma que, pelo contrário, o nosso estudo do conhecimento humano tem lugar dentro da

teoria de que estuda e pressupõe a realidade das entidades mencionadas nessa teoria.¹
(Hylton, 2007, p. 22, tradução nossa)

Sobre a concepção da relatividade ontológica, Quine afirma a possibilidade de haver diferentes esquemas conceituais relacionados ao mesmo conteúdo empírico, o que resulta em uma subdeterminação da tradução. Em “Palavra e Objeto”, no capítulo 2, é investigada a complexa relação entre linguagem e mundo, buscando chegar a um significado empírico. Partindo do experimento mental da tradução radical, e buscando estabelecer uma relação de sinonímia efetiva entre as duas (em que a correspondência não se dê apenas no âmbito coextensivo), Quine conclui que até podemos identificar uma igualdade de significado por estímulos, ou seja, aquelas estimulações que são essenciais para o assentimento ou dissentimento de expressões, mas nunca poderemos chegar a igualdade de termos ou referência, pois isso está interligado com o nosso esquema-conceitual, à nossa cultura.

No segundo capítulo desta dissertação será apresentada a crítica de Donald Davidson, filósofo também norte americano e de tradição analítica, em relação ao dualismo “*esquema-conteúdo*” presente na filosofia quineana. Em seu texto “On the very idea of a conceptual scheme”, presente em seu livro “Inquiries into truth and Interpretation”, Davidson faz uma crítica à distinção entre conteúdo e esquema conceitual defendida por Quine. Ele aceita os dois dogmas do empirismo, porém afirma ter Quine incorrido em um terceiro dogma que seria seu próprio empirismo. Uma epistemologia empirista ainda carregaria consigo posições dogmáticas, tendo assim faltado a Quine levar as suas críticas às últimas consequências e perceber a impossibilidade de uma filosofia empirista. Para examinar os pontos críticos da filosofia de Quine será introduzido os conceitos relevantes do trabalho de Davidson, como interpretação radical, coerentismo e princípio de caridade.

No terceiro e último capítulo será abordado como Davidson esclarece a função da experiência para o conhecimento dentro do contexto de sua teoria coerentista. Será estabelecido um paralelo entre as teses coerentistas e fundacionalista, ressaltando quais as respostas dadas pelos coerentistas para questões como o regresso ao infinito e a possível “perda do mundo objetivo”.

¹ No original: Quine’s naturalism is revolutionary: he denies that there is a distinctively philosophical standpoint from which we can reflect on knowledge. To the contrary, our study of human knowledge takes place within the theory that it studies and presupposes the reality of the entities mentioned in that theory.

1 A FILOSOFIA DE QUINE E UM PERCURSO DO EMPIRISMO LÓGICO E MODERNO

Neste primeiro capítulo serão apresentados os principais aspectos da filosofia de Quine, iniciando com a apresentação da doutrina empirista clássica e o empirismo lógico sustentado pelos representantes do chamado Círculo de Viena. Pontuarei as divergências de Quine com esses empiristas lógicos, principalmente no que diz respeito a uma concepção de “significado empírico” reducionista, seja em Hume com o significado tomado termo a termo, ou em Carnap, que tenta fornecer uma redução a nível de sentenças. Quine identifica os aspectos deficitários dessas abordagens, mas sem recusar a ideia de significado empírico, pois, segundo ele, “a evidência que a ciência dispõe é sensorial e o processo de inculcar significados de palavras terá que repousar em uma evidência sensorial”². A partir do holismo semântico é possível compreendermos que as sentenças são empiricamente significativas quando tomadas como um todo, sendo assim, o problema estaria não na vertente empirista em si, mas sim no reducionismo que estava conectado a ela.

Outro ponto fundamental para o qual Quine chama atenção é para a tarefa da epistemologia. A ideia de “Epistemologia naturalizada” se apresenta no sentido de que sua função não seria mais fundamentar a ciência, mas sim trabalhar de “mãos dadas” com ela. É necessário compreender que a única maneira de se refletir sobre os métodos e ferramentas de que a ciência dispõe é utilizando esses mesmos métodos e ferramentas, não havendo, portanto, um saber anterior a esses recursos (a priori) que pudesse servir de fundamento para qualquer saber científico. Essa concepção será desenvolvida no tópico “epistemologia naturalizada” deste capítulo.

1.1 A doutrina empirista

A doutrina empirista obteve destaque através das filosofias de John Locke e posteriormente de David Hume. Em oposição a concepção dos racionalistas, que defendiam a existência de ideias inatas, os empiristas afirmavam que todas as ideias derivavam da experiência. De acordo com Locke, as ideias seriam como imagens dos objetos, e poderiam ser divididas entre ideias de sensação, as quais adquirimos pela experiência externa, como por

² (Quine, Epistemologia Naturalizada, 1975). P.166

exemplo, as ideias de cor, som e sabor; e ideias de reflexão, que adquirimos através das operações internas do nosso espírito³, como as ideias de prazer ou dor. A marca do empirismo em Locke é reconhecer que as ideias que estão na mente do indivíduo são produzidas por algum objeto exterior no mundo. “Todas as ideias derivam da experiência: a mente é uma tábula rasa sobre a qual apenas a experiência escreve os conteúdos.” (REALE, 2005, p. 109).

Em Hume, o empirismo é tratado a partir de um outro prisma, com a ideia de utilizar o “método experimental” no próprio entendimento do homem.

Hume constata que, sobre a segura base da observação e do método do raciocínio experimental preconizado por Bacon, Newton construiu uma sólida visão da natureza física; o que é necessário fazer agora é precisamente aplicar aquele método também a natureza humana, ou seja, também ao sujeito e não apenas ao objeto. (REALE, 2005, p. 134)

Assim como a ciência do homem é o único fundamento sólido para as outras ciências, assim também o único fundamento sólido que podemos dar a ela deve estar na experiência e na observação. (HUME, 2000, p. 22)

Diferentemente de Locke, Hume elaborou o conceito de “impressão”, que seria a forma mais básica da experiência. “As ideias já seriam imagens enfraquecidas que a memória produz a partir de impressões: ter “ideias” significa pensar.” (REALE, 2005, p. 133).

Para os intelectuais de Viena, que tinham o intuito de formular uma concepção científica do mundo, foi muito importante a apropriação do empirismo clássico, principalmente o de David Hume. Eles fazem uma reorientação para o âmbito da linguagem, pois pretendem construir critérios dentro de uma visão empirista para identificar quando uma proposição é significativa. Juntamente com a doutrina empirista, também deveria ser incorporado o método da análise lógica para tratar dos fundamentos da matemática, problemas de axiomática, logística e análogos. “Este método da análise lógica é o que essencialmente distingue o recente positivismo e empirismo do antigo, mais biológico e psicológico em sua orientação.” (HAHN, NEURATH e CARNAP, 1929).

As concepções de Quine são muito próximas às dos empiristas lógicos quanto ao aspecto científico. Mas identifica que esses filósofos incorreram em dois dogmas ao assumir que os enunciados poderiam ser divididos entre aqueles que necessitam de experiência para constatação de sua verdade e aqueles que não necessitam da experiência.

Quine é apontado muitas vezes como detentor de uma filosofia sistemática, no sentido de que suas concepções acerca de diferentes temas estão sempre interligadas. Por exemplo, a

³ As ideias de reflexão dizem respeito ao modo de operar de nossa mente. Podemos refletir sobre a experiência que adquirimos, associando as ideias de sensação.

sua abordagem naturalista está conectada a uma epistemologia empirista. Roger Gibson expressa bem isso na seguinte passagem:

Como um naturalista, Quine aceita as seguintes teses: primeiramente, que não há uma filosofia primeira, onde um conhecimento a priori e não sensível, que está fora da ciência, pudesse justificar ou reconstruir racionalmente a mesma. Em segundo lugar, cabe à Ciência dizer-nos o que existe e como sabemos o que existe – isto é, a Ciência é a medida do que existe (ontologia) e de como podemos vir a conhecer o que existe (epistemologia). Além disso, de acordo com Quine, a melhor ciência atual defende uma ontologia fisicalista e uma epistemologia empirista. Assim, Quine o naturalista é também Quine, o fisicalista e empirista.⁴ (Gibson, 2004, p. 6)

Assim, a aceitação de Quine de uma filosofia naturalista está relacionada com a ideia de que a ciência empírica é a responsável por todo o conhecimento da realidade. Não havendo, então, um conhecimento “de fora”, do que pudesse assegurar a ciência com outros fundamentos de ordem não científica.

Uma filosofia a priori não seria possível. Apesar da tarefa da filosofia diferir em algum nível em relação a tarefa da ciência, ela só poderia partir das mesmas bases que a própria ciência.

A tarefa do filósofo difere das dos outros, pois, em pormenor; mas não de um modo tão drástico como supõe quem atribuiu ao filósofo um ponto de vista privilegiado, fora do esquema conceitual de que se ocupa. Não há tal exílio cósmico. O filósofo não pode estudar nem rever o esquema conceitual, seja o mesmo ou outro, que não carecerá menos de escrutínio filosófico, no qual possa trabalhar. (Quine, *Palavra e Objeto*, 2010, pp. 342-343)

Essa compreensão postulada por Quine se concretiza na metáfora de Neurath, que fala justamente sobre os limites de se reconstruir um barco enquanto se está navegando nele⁵. Para Quine o nosso conhecimento é apenas um aparato conceitual. Dizer que não há nenhum “exílio cósmico” é afirmar que, para analisar o esquema conceitual (sua estrutura e funcionamento), deve-se já estar utilizando algum esquema-conceitual. O que consiste em um esquema-conceitual e se realmente faz sentido pensarmos a linguagem a partir dele é um dos objetivos

⁴ No original: As a naturalist, Quine accepts the following two claims: First, there is no successful first philosophy – that is, no experiential or a priori ground outside of science upon which science can be justified or rationally reconstructed. Second, it is up to Science to tell us what there is and how we know what there is – that is, Science is the measure of what there is (ontology) and of how we come to know what there is (epistemology). Furthermore, according to Quine, the currently best Science advocates a physicalist ontology and an empiricist epistemology. So Quine the naturalist is also Quine the physicalist and Quine the empiricist.

⁵ "Somos como marinheiros obrigados a reparar o seu barco no alto mar, sem qualquer possibilidade de desmontar todas as peças e de o reconstruir em doca seca." (Neurath, 2004)
O nosso conhecimento funciona da mesma maneira, não podemos reconstruí-lo totalmente, mas precisamos ir melhorando uma parte de cada vez, substituindo determinadas crenças por outras na medida em que encontramos melhores respostas para os nossos problemas epistemológicos.

centrais desta dissertação e será discutido no capítulo 2 com a introdução do pensamento de Donald Davidson.

Essas características da filosofia de Quine se fixaram em suas obras posteriores ao clássico “Dois dogmas do empirismo”, mas as suas teses centrais foram apresentadas inicialmente em contraposição ao empirismo dos positivistas.

1.2 O círculo de Viena

O alto desenvolvimento das ciências naturais no início do século XX, bem como as orientações político-sociais da época como o liberalismo, que cultivava o livre-comércio e uma educação de cunho “livre” orientada pela ciência, tornou bastante propício o surgimento do Círculo de Viena⁶. Esse movimento foi composto por intelectuais de diferentes áreas que se propuseram a discutir questões no interior da ciência e da própria filosofia. Eles pretendiam propagar e ampliar uma atitude científica do mundo⁷ em oposição ao pensamento de ordem metafísica, que esteve presente em grande parte da filosofia tradicional. Segundo eles, o problema das teses metafísicas era que elas tinham uma aparência de saber científico sobre o mundo que, na realidade, não possuíam. Não caberia à essas teses o emprego de um valor de verdade, elas seriam “pseudoproposições” ou contrassensos. A confusão em considerá-las como proposições científicas proveria da estrutura gramatical presente nas linguagens naturais, que tornaria possível que determinadas proposições sejam gramaticalmente bem estruturadas mesmo que estejam em desacordo com as regras da lógica.

Esses intelectuais foram designados posteriormente como “Empiristas Lógicos” ou “Positivistas Lógicos”, pois, aceitavam a premissa fundamental do empirismo clássico em relação ao caráter empírico de todo o conhecimento factual (se seguindo disso a defesa de um progresso da ciência para que esse conhecimento fosse cada vez mais acurado), e pela utilização da análise lógica na verificação das proposições reconhecidas pela ciência, além de

⁶ Devo ressaltar que a concepção do Círculo de Viena apresentada nesta dissertação se refere as teses de Carnap no *Aufbau* (A estrutura lógica do mundo), não busco dar conta das posições posteriores de Carnap e do próprio Círculo de Viena como um todo.

⁷ O que foi chamado de *espírito de uma concepção científica do mundo* perpassava o trabalho de vários intelectuais, não somente no âmbito acadêmico, mas também no interior das relações sociais e econômicas. A ideia principal era que todas as teses estivessem conjuntas em uma perspectiva científica unificada. “A concepção científica do mundo não se caracteriza por teses próprias, porém, muito mais por sua atitude fundamental, seus pontos-de-vista e sua orientação de pesquisa. Tem por objetivo a ciência unificada. Seus esforços visam a ligar e harmonizar entre si os resultados obtidos pelos pesquisadores individuais dos diferentes domínios científicos.” (HAHN, NEURATH e CARNAP, 1929)

considerarem que a aritmética, não sendo uma ciência empírica, poderia ser reduzida à lógica com a aplicação das novas estruturas de Frege e Russell.

O círculo estabeleceu-se de maneira informal, alguns anos após Moritz Schlick, que já era presidente da Sociedade Ernst Mach⁸, ocupar a cadeira de filosofia da Universidade de Viena, em 1922. Estudiosos interessados em discutir temas em comum com Schlick começaram a se reunir regularmente na universidade e aos poucos o movimento foi se tornando maior. Com a intensão de expressarem seus propósitos e convicções, foi escrito em 1929 por Rudolf Carnap, Otto Neurath e Hans Hahn o “Manifesto do Círculo de Viena”. Um dos principais aspectos do manifesto pode ser visto no trecho abaixo:

Todos trabalham em um domínio científico particular e na verdade provém de diferentes ramos da ciência e originalmente de diferentes atitudes filosóficas. Com o correr dos anos, porém, aflorou uma crescente unidade, efeito da atitude especificamente científica: “O que pode ser dito, pode ser dito claramente” (Wittgenstein). Se há diferenças de opinião, um acordo é afinal possível e, portanto, também requerido. Mostrou-se cada vez mais nitidamente que o objetivo comum a todos era não apenas uma atitude livre de metafísica, mas antimetafísica. (HAHN, NEURATH e CARNAP, 1929, p. 9)

A “metafísica” a que se referem, consiste em admitir que uma “pura reflexão” acerca do mundo pudesse produzir algum conhecimento novo sobre ele. Segundo esses intelectuais, não seria possível adquirir qualquer conhecimento sobre o mundo que não fosse absolutamente empírico, em outras palavras, todo conhecimento sintético é a posteriori. Nesse sentido, é feita uma crítica aos enunciados sintéticos-apriori reconhecidos por Kant, que teriam a pretensão de produzir um conhecimento novo sobre o mundo sem recorrer a experiência, como a matemática, por exemplo. Para os empiristas lógicos, sendo as proposições da matemática desprovidas de conteúdo empírico, elas seriam simplesmente proposições analíticas.

A apropriação do *Tractatus lógico-philosophicus* de Ludwig Wittgenstein nas discussões postas pelos empiristas lógicos foi fundamental. Wittgenstein se propôs a compreender como se articulavam as proposições e o mundo real, investigando de que maneira se dava a relação entre esses dois âmbitos diferentes, a linguagem e o mundo. Em sua análise, Wittgenstein afirma que o mundo seria constituído por um conjunto de fatos atômicos, a ocorrência de determinados fatos no mundo determinaria como ele seria e como ele não seria. A linguagem seria capaz de exprimir cada fato atômico, (que correspondem às proposições simples), ela seria composta por proposições simples e complexas sendo que o significado de uma proposição complexa seria determinado mediante a sua redução às proposições simples

⁸ homenagem ao físico Ernst Mach, que não mediu esforços em desenvolver uma física totalmente desvinculada de metafísica.

(proposições atômicas) que exprimam os dados empíricos imediatos. A ocorrência de um estado de coisas representaria a veracidade da proposição e a não ocorrência a falsidade da proposição. A partir dessa formulação, se segue que, para uma proposição ser significativa, é necessário que ela diga algo acerca de um estado de coisas do mundo, direta ou indiretamente.

1 O mundo é tudo o que é o caso.

1.1 O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.

1.11 O mundo é determinado pelos fatos, e por serem *todos* os fatos.

(Wittgenstein, 2001, p. 135)

Porém, a distinção entre enunciados significativos e não significativos não é tão simples quanto parece. As tautologias e contradições, por exemplo, são consideradas proposições desprovidas de sentido na medida em que o seu valor de verdade não depende de qualquer experiência, não retratam nenhum estado de coisas. Porém, elas não violam nenhuma regra da lógica, mas sim, revelam a estrutura lógica intrínseca na realidade⁹. As proposições metafísicas seriam aquelas com pretensão de dizer algo sobre o mundo (ocorrência de certos fatos), mas que não dizem, já que não estão logicamente estruturadas (violam as regras da lógica).

4.003. A maioria das proposições e questões escritas sobre temas filosóficos não são falsas, mas absurdas. Por isso não podemos em geral responder a questões dessa espécie, apenas estabelecer seu caráter absurdo. A maioria das questões e das proposições dos filósofos se apoiam, pois, no nosso desentendimento da lógica da linguagem. (São questões da seguinte espécie: o bem é mais ou menos idêntico do que a beleza?) Não é, pois, de admirar que os mais profundos problemas não constituam propriamente problemas. (Wittgenstein, 2001, p. 70)

As ideias do filósofo Rudolf Carnap também foram fundamentais para o projeto positivista. Seguindo a argumentação de Wittgenstein, Carnap determina o critério do significado de um enunciado como sendo o seu conteúdo factual:

O significado de um enunciado reside no fato de que ele expressa estado de coisas (concebível, não necessariamente existente). Se um enunciado (ostensivo) não expressa um estado de coisas (concebível), então não tem nenhum significado; só aparentemente é um enunciado. Se o enunciado expressa um estado de coisas, então é significativo para todos os eventos; é verdadeiro se esse estado de coisas existe, falso se não existe. Podemos saber que um enunciado é significativo mesmo antes de saber se ele é verdadeiro ou falso. (CARNAP, 1980, p. 156-157)

Dizer algo significativamente é dizer algo sobre um estado de coisas no mundo. Como as proposições filosóficas da tradição não exprimem esse estado de coisas e não são proposições como as tautologias, que, para Wittgenstein, representam, de certa forma, os limites e estruturas da linguagem, elas não teriam relevância nenhuma.

⁹ (MARCONDES, 2007, p. 274)

Com isso, a filosofia poderia estar fadada a ser um discurso do mesmo tipo que, por exemplo, o discurso poético, sem nenhuma validade epistêmica. Para os empiristas lógicos, porém, a filosofia enquanto disciplina teórica poderia existir apenas com uma função: a de clarificar e analisar o discurso científico. As próprias obras de Carnap são exemplos de uma filosofia enquanto clarificadora de discursos. Ele analisa a controvérsia filosófica entre “idealismo e realismo” que perpassou a história da filosofia durante muitos anos. Sua conclusão é de que as proposições em questão careceriam de significado, já que transcenderiam a experiência sensível.

Uma vez que consideramos somente o conteúdo factual como critério para a significatividade dos enunciados, nem a tese do realismo de que o mundo exterior é real nem a tese do idealismo de que o mundo exterior não é real podem ser consideradas cientificamente significativas. (CARNAP, 1980, p. 163)

O impacto de se compreender o sentido de um enunciado a partir de sua capacidade de exprimir um estado de coisas é o estabelecimento do chamado “princípio de verificação”, ou seja, determinar o significado de uma proposição pela confirmação dos dados empíricos imediatos. Esse princípio, quando aplicado junto ao formato reducionista dos empiristas lógicos, é um dogma, não possui base coerente para ser sustentado.

É nesse ponto fundamental que se dará a crítica de Quine, pois o critério de definição do significado, para os empiristas lógicos, é feito, primeiramente, mediante a separação entre aqueles enunciados que podem ser significativos sem recorrer a experiência (analíticos) e aqueles que necessitam de uma experiência que a comprove (sintéticos). E, em segundo lugar, porque o “princípio de verificação”, tal como os empiristas lógicos aplicam, é uma forma reducionista de determinar o significado de um enunciado. Conforme será verificado no tópico a seguir, Quine sinaliza que os enunciados devem ser confirmados empiricamente, não de maneira isolada, mas sim conjuntamente com outros enunciados (de maneira holística). Apesar de terem particularidades distintas, os dois dogmas estão interligados, e a premissa principal corresponde a impossibilidade de um enunciado ser significativo de maneira isolada.

1.3 Empirismo sem dogmas

A nova concepção empirista que Quine vai desenvolver tem relação muito próxima com a sua defesa de uma ciência unificada. Segundo ele, todos os campos de saber humano, seja a física ou a ciência social, estão interligados e possuem uma base empírica.

Quine não nega totalmente o método da confirmação empírica, mas sim, seu aspecto reducionista, segundo o qual os enunciados são verificados um a um. Ocorre que cada enunciado depende de outros para ser significativo, e devem ser confirmados empiricamente apenas em conjunto, de maneira holística. No trecho a seguir, Quine faz uma alusão a tese de Pierre Duhem: “Os nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como corpo organizado.” (QUINE, 1951, p. 251)¹⁰

A ideia dos positivistas era que os enunciados ou são sobre a experiência imediata ou são traduzíveis em enunciados sobre a experiência imediata. Quine mostra o quanto esse princípio tem natureza no empirismo moderno. Cito Quine: “Assim, Locke e Hume sustentaram que toda ideia deve ou bem se originar da experiência sensível ou bem ser composta de ideias que assim se originaram.” (QUINE, 1951, p. 249)

O reducionismo está estritamente relacionado com o dogma da analiticidade, já que admitir que os enunciados poderiam ser comprovados isoladamente nos leva a aceitar a existência de um enunciado que chega a um “limite” podendo ser provado sem necessidade da experiência sensível.

Enquanto se considera significativo em geral falar de confirmação ou infirmação de um enunciado, parecerá igualmente significativo falar de um tipo limite de enunciado que é confirmado vacuamente *ipso facto*, aconteça o que acontecer; e tal enunciado é analítico. (QUINE, 1951, p. 251)

Todos os enunciados estão, em algum nível, em contato com a experiência sensível, eles se diferenciam apenas em relação a proximidade com ela. Com fins didáticos, Quine estabelece uma imagem de como se daria a ligação entre os enunciados e a experiência, segundo ele, a experiência contorna todo o conhecimento, e os enunciados teóricos entram em contato com ela a partir de níveis diferentes. Diz Quine: “a ciência total é como um campo de força cujas condições de contorno são constituídas pela experiência.” (QUINE, 1951). As próprias leis lógicas fazem parte desse sistema que está em contato com a experiência, mas correspondem aqueles enunciados mais centrais, onde pouca conexão preferencial com qualquer dado sensível particular se interpõe¹¹.

Essa imagem construída também representa o falibilismo na tese de Quine, pois qualquer enunciado dentro do sistema pode ser modificado, até mesmo as leis lógicas, “um

¹⁰ Destaco que Pierre Duhem foi um crítico das posições dogmáticas do círculo de Viena. Sua concepção holística a respeito da confirmação das sentenças, retrata essa oposição.

¹¹ (Quine, Dois Dogmas do Empirismo, 1951, p. 253)

conflito com a experiência, na periferia, ocasiona reajustamentos no interior do campo” (QUINE, 1951). Quine cita, como exemplo, que até mesmo a lei do terceiro excluído foi reconsiderada para simplificar a mecânica quântica. Porém, é sabido que esses enunciados, que estão em um nível teórico mais elevado, seriam mais difíceis de serem modificados, até mesmo porque, para Quine, o bom funcionamento do sistema pressupõe a sua manutenção. Mas ainda assim, todas as teses seriam passíveis de revisão, e não seria impossível mudá-las.

Essa concepção é chamada de “holismo do significado”, pois estabelece que os significados dos enunciados enfrentam a experiência como um todo, e não individualmente. E nesse sentido, não haveria divisão dos enunciados entre analíticos, que não dependem da experiência, e sintéticos, que dependem da experiência, mas sim, todos dependeriam em algum grau da experiência. Os objetos da matemática, são entidades abstratas que possuem o mesmo embasamento que os objetos físicos, exceto pelo grau de contato com a experiência¹². Em contraposição ao que fez Carnap, que estabelece uma distinção entre enunciados analíticos e sintéticos fazendo com que se utilizasse critérios distintos para tratar questões ontológicas (mais teóricas) e questões científicas, quine reconhece a unificação da ciência, afirmando que não existiria fronteira entre a ciência e a ontologia. “As questões ontológicas estão no mesmo pé que as questões da ciência natural”¹³.

Compreendendo então a tese do holismo, de acordo com o qual os enunciados são significativos apenas conjuntamente, o que seria necessário é ter atenção a características desse sistema para lidar da melhor maneira possível com a realidade. Seria preciso ter uma abordagem pragmática em relação a ele. As modificações que podem vir a ocorrer nele (a possibilidade de enunciados serem mantidos ou retirados) devem seguir critérios como simplicidade, precisão e conservação do sistema. O ajuste das teorias científicas com a experiência sensível deve levar em conta esses critérios pragmáticos.

Podemos afirmar que Quine propõe uma nova maneira de tratar a relação dos enunciados com a experiência sensível sem, com isso, recusar uma abordagem empirista do conhecimento. Ele propõe o holismo no lugar do reducionismo e um dos aspectos que está no cerne da filosofia quineana é sua associação com a ciência natural. Qual o papel que devemos atribuir a epistemologia tendo em vista esse novo modelo filosófico é o que será visto a seguir.

¹² (Quine, Dois Dogmas do Empirismo, 1951, p. 253)

¹³ (Quine, Dois Dogmas do Empirismo, 1951, p. 253)

1.4 Epistemologia naturalizada

São diversas as questões que emergem do estudo do conhecimento em geral, dentre elas podemos citar as seguintes: em que medida podemos afirmar que conhecemos algo? Como chegamos a conhecer algo sobre o mundo? Como chegamos, na maior parte das vezes, a crenças corretas sobre o mundo? A epistemologia durante muito tempo esteve interessada pelos fundamentos da ciência.¹⁴ Quando pensada desta maneira, nos remete aos esforços empreendidos por Descartes no século XVII, no encargo de encontrar um saber que fosse seguro o suficiente para que funcionasse como a base para todas as ciências do seu tempo. Isso ocorreu pois Descartes procurava reestruturar a filosofia que, naquele momento, estava fragilizada pelo seu embate com o ceticismo, doutrina que compreendia a impossibilidade de qualquer conhecimento. Para alcançar seu objetivo, entretanto, Descartes emprega o próprio método cético, colocando em questão todas as suas crenças, mas não com o intuito de concluir, como faz o cético, que o conhecimento é impossível, mas sim para encontrar algo que resista à dúvida cética e que poderá assim ser considerado a base firme da ciência. Quine afirma que a busca por tal certeza indubitável foi a aspiração mais longa da epistemologia, porém, ela logo se mostrou improdutiva. A concepção defendida por Quine rejeita a existência de um conhecimento que seja auto evidente. Quine recusa a ideia de que haveria um “fundamento para a certeza científica que fosse mais firme do que o próprio método científico em si”.¹⁵ A teoria do holismo servirá como meio para atacar tal posição fundacionista, já que se as sentenças só podem ser confirmadas conjuntamente, não poderia haver sentenças “fundacionais” que fossem “auto evidentes” ou significativas por elas mesmas.

A epistemologia para Quine vai se propor a compreender as bases do conhecimento e da ciência sem que com isso seja responsável por algum tipo de “fundamentação”. Como um defensor do empirismo, Quine deseja sustentar que o conhecimento que possuímos acerca do mundo está enraizado na experiência sensível. O foco de seu artigo “Epistemologia Naturalizada” se concentra em mostrar que uma estrita derivação das ciências a partir da experiência empírica não é possível (a filosofia de David Hume consistiu em um desses esforços reducionistas para explicar essa derivação), mas isso não deve resultar em um abandono completo do empirismo. Uma das tarefas primordiais na teoria do conhecimento, segundo

¹⁴ (Quine, Epistemologia Naturalizada, 1975, p. 163)

¹⁵Quine “repudiates the Cartesian dream of a foundation for scientific certainty firmer than scientific method itself”. (Hylton, 2007, p. 83)

Quine, é pensar a “evidência empírica”, o que significaria dizer que a evidência que há para a ciência é empírica? Ao afirmar que “a estimulação dos receptores sensoriais constitui a evidência na qual cada um terá podido basear-se para chegar à uma imagem de mundo”¹⁶, Quine está considerando que as estimulações sensoriais consistem na evidência para o nosso conhecimento.

Em sua análise, Quine afirma que é possível abordar o conhecimento através de dois caminhos distintos: os “estudos conceituais”, que estão relacionados ao significado das sentenças e esclarecimento do discurso, e os “estudos doutriniais”, que se propoem a justificar ou provar o conhecimento, ou seja, estaria relacionado a verdade do discurso¹⁷. A parte doutrinal será logo abandonada, pois Quine afirma que desde Hume, em seu empreendimento de identificar corpos com impressões, nos deparamos com a dificuldade do princípio de causalidade (problema da indução). Hume nos mostra que a experiência nos revela apenas uma conjunção constante entre fenômenos, mas concluir, a partir disso, que necessariamente um fenômeno se segue do outro é um erro. Sendo assim, quando estabelecemos leis/generalizações com base nesse comportamento das impressões, não adquirimos um grau de certeza, mas apenas de probabilidade. As leis que identificamos pelas impressões resultam apenas da regularidade de determinadas experiências. As leis compoem aqueles enunciados referentes ao futuro, pois são as regras que nos indicam como determinado evento ocorreu e, com base nisso, como ocorrerá no futuro. Tratando-se apenas de regularidade e não de necessidade, podemos concluir que essas leis não poderiam ser justificadas e, sendo assim, nem todos os enunciados podem ser justificados.

Pela identificação dos corpos com as impressões, ele [Hume] conseguiu fazer com que alguns enunciados singulares sobre corpos fossem construídos como verdades indubitáveis; como verdades sobre as impressões, conhecidas diretamente. Mas os enunciados gerais e também aos enunciados singulares relativos ao futuro não ganharam em certeza por serem construídos como enunciados sobre impressões. (Quine, Epistemologia Naturalizada, 1975, p. 164)

Tentar fundamentar a ciência natural na experiência imediata a um nível doutrinal é uma tentativa tão problemática e sem sucesso quanto tentar fundamentar a matemática na lógica. Entretanto, ainda é possível uma redução do conhecimento na experiência empírica em relação ao aspecto conceitual (em nível semântico). Tentar buscar uma boa explicação para o lado conceitual da epistemologia não só era válido como necessário para a tarefa primordial de esclarecer como a evidência sensorial funciona para a ciência natural. Um outro ponto a favor

¹⁶ (Quine, Epistemologia Naturalizada, 1975, p. 166)

¹⁷ (Ibidem, p. 163)

é que aprimorar o estudo sobre esse lado conceitual poderia tornar mais claro o nosso discurso acerca do mundo, ou seja, conhecer melhor o funcionamento de nossa linguagem. Veremos que aproximando-se desse viés conceitual, Quine vai correlacionar a semântica com a epistemologia, e a investigação desta epistemologia levará à discussão sobre a aquisição da linguagem.

Após Hume, uma outra tentativa de fundamentar o conhecimento na experiência sensível em termos de justificação foi o empreendimento de Carnap. Consideremos que o propósito que está em questão (a missão do epistemólogo, por assim dizer) é o de reconstruir o conhecimento que temos sobre o mundo, ou seja, dar conta do mundo teoricamente. Explicar (nível conceitual) ou provar (nível doutrinal) o nosso conhecimento a partir da experiência sensorial. A reconstrução racional de Carnap representa um “dar conta do mundo exterior como um construto lógico”¹⁸, traduzindo a ciência em lógica, termos observacionais e teoria dos conjuntos. O problema central da teoria de Carnap é que temos um mundo que nos chega através dos sentidos e que conhecemos como um todo. Tentar reconstruí-lo fazendo uma tradução dos enunciados gerais em lógica, termos observacionais e teoria dos conjuntos resultará certamente em um ato fracassado, pois as sentenças não são significativas isoladamente. Não é possível uma tradução como essa onde ocorra significado empírico de sentenças isoladas, uma vez que o significado empírico só é possível considerando a teoria como um todo.

Nesse caso, seria mais apropriado não falarmos em “tradução” de um enunciado em termos observacionais e lógico-matemáticos, mas sim, apenas considerar a experiência como evidência observacional para teorias (tomadas como um todo) e isso corresponde a ainda manter a ideia de “significado empírico”. A ideia da reconstrução de Carnap era a de que seria possível uma hierarquização das sentenças, onde umas seriam mais claras e certas (a verdade estaria em maior grau) e as outras dela se derivariam. Mesmo não sendo um método bem-sucedido, já que o estabelecimento do holismo de Quine estipula a impossibilidade das sentenças serem confirmadas isoladamente¹⁹, essa tentativa de redução é positiva pela sua função de clarificar o discurso, não através de uma subordinação de sentenças, mas nas suas inter-relações.²⁰ A descoberta parecia ser o fim da epistemologia, assim como os empiristas lógicos fizeram com a metafísica, a epistemologia parecia também não ter mais espaço como um estudo rigoroso.

¹⁸ (Quine, *Epistemologia Naturalizada*, 1975, p. 165)

¹⁹ (Quine, *Dois Dogmas do Empirismo*, 1951, p. 251)

²⁰ (Quine, *Epistemologia Naturalizada*, 1975, p. 164)

Porém, de acordo com Quine, a epistemologia permaneceria não como forma de fundamentar a ciência natural sendo, ao contrário, parte da própria ciência natural:

Acho, entretanto, que nesse ponto seria talvez mais útil dizer, em vez disso, que a epistemologia continua a avançar ainda, embora num novo quadro e com um status clarificado. A epistemologia, ou algo que a ela se assemelhe, encontra seu lugar simplesmente como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural. Ela estuda um fenômeno natural, a saber, um sujeito humano físico. Concede-se que esse sujeito humano recebe uma certa entrada experimentalmente controlada – certos padrões de irradiação em variadas frequências, por exemplo – e no devido tempo o sujeito fornece como saída uma descrição do mundo externo tridimensional e sua história. A relação entre a magra entrada e a saída torrencial é a relação que nos sentimos estimulados a estudar um tanto pelas mesmas razões que sempre serviram de estímulo para a epistemologia; ou seja, a fim de ver como a evidência se relaciona à teoria e de quais maneiras as nossas teorias da natureza transcendem qualquer evidência disponível. (Quine, *Epistemologia Naturalizada*, 1975, p. 170)

A solução seria, então, considerarmos a epistemologia como uma parte da psicologia (ou neurociência, se pensada nos dias de hoje) já que ela é responsável pelo estudo dos processos cognitivos da experiência nos seres humanos. Entretanto, substituir ou associar a epistemologia com a psicologia seria incorrer em circularidade, isso porque o propósito da epistemologia é validar os princípios da ciência empírica, e para atingir tal finalidade ela estaria justamente utilizando uma ciência empírica (a psicologia). Quine não identificará isso como um problema, pois ele considera que utilizar os estudos da psicologia é válido para o propósito estabelecido, estando isso inclusive interligado ao fato de entender que não há “fora” da ciência, nesse sentido alguma circularidade terá que ser “acolhida”, pois a filosofia está em um mesmo nível com a ciência, trabalhando conjuntamente. Aderir a uma epistemologia naturalizada é responder a essas questões a partir do pressuposto básico de que não existe um ponto de vista a priori (fora) em que seja possível estudar o conhecimento humano, mas o estudo do conhecimento já se dá a partir das regras e pressuposições do ato de conhecer. É como se a relação entre as duas (ciência e epistemologia) ainda existisse, porém, em direções diferentes, a epistemologia não conteria em si a ciência natural, mas ela seria mais como uma parte dos estudos dentro da psicologia²¹.

O resultado dessa análise é que podemos identificar um aspecto infável na estrutura da linguagem geral que se expande para a própria linguagem ordinária. Se não há como as sentenças isoladas possuírem significado, a tradução de uma linguagem para outra preservará um aspecto “indeterminado”. Isso ocorre pois só há significado a partir do todo (a implicação empírica se dá pelo todo), assim, diferentes “blocos de sentenças” organizados de diferentes

²¹ (Quine, *Epistemologia Naturalizada*, 1975, p. 171)

formas podem ser compatíveis com a experiência empírica. Essa é a base da teoria da “subdeterminação da tradução” que será trabalhada com mais detalhes no tópico a seguir.

Quanto à questão propriamente epistemológica, vimos anteriormente que sobre o aspecto doutrinal não foi possível avançar. A tentativa de redução epistemológica postulada por Carnap em que cada sentença fosse equiparada a uma sentença em termos observacionais e lógico-matemáticos se mostrou inviável²². O que irá interessar a Quine será, então, uma associação entre a epistemologia e semântica. Isso se dá na medida em que a evidência que concerne à “prova” para o conhecimento (epistemologia) estará vinculada, na filosofia de Quine, ao significado (semântica), pois a epistemologia vai investigar o significado das sentenças observacionais. A importância de se investigar essas sentenças é que elas terão um papel fundamental no processo de aquisição da linguagem, pelo seu caráter intersubjetivo, pois se referem a corpos físicos e dependem apenas da estimulação sensorial presente, se é que seria possível falarmos de sentenças com tais características, onde não haveria nenhuma informação do passado. Nesse momento será necessária uma investigação do aprendizado da linguagem humana.

Para Quine, é aceitável que consideremos as sentenças observacionais como aquelas acerca das quais os membros de uma comunidade concordam ou dão o mesmo veredito (em relação à verdade ou à falsidade) quando surge a estimulação em questão. Nesse sentido, não há subjetividade envolvida nessas sentenças, já que sua definição é a própria concordância de um grupo de indivíduos quanto à sua veracidade. Como essa concordância é o pilar para classificar as sentenças como observacionais, é natural pensar que seriam sentenças sobre corpos já que o que se refere a natureza corpórea está mais propício a aceitação de um grupo de pessoas. Vale ressaltar que diferentemente de Quine, para outros filósofos como por exemplo, Thomas Kuhn, a observação não deve ser considerada um aspecto intersubjetivo. Nessa perspectiva relativista, as observações variam de observador para observador (dependem da bagagem que cada um carrega consigo).

A junção entre epistemologia e semântica no projeto de Quine pode ser entendida através do seu propósito de estudo da sentença observacional. Buscar a definição da sentença observacional é importante em dois aspectos: saber o que ela significa e saber se ela é verdadeira. As sentenças observacionais são as que servem de evidência para a ciência já que estão mais próximas dos receptores sensoriais e são aquelas primeiras sentenças exploradas

²² (Quine, *Epistemologia Naturalizada*, 1975, p. 170)

durante o aprendizado da linguagem na infância, pois podemos facilmente correlacioná-las com as circunstâncias daquele momento.

Entretanto, encontrar uma definição para essas sentenças não se trata de uma tarefa fácil. É possível já identificar dois aspectos discutíveis em relação à tese de Quine: 1) a dificuldade de distinguir o que seriam informações do presente e o que seriam informações passadas; 2) saber quais informações estão em jogo na compreensão de uma sentença, o que poderia nos levar a questionar o holismo, pois as sentenças observacionais seriam independentes de outras para serem significativas.²³

1.5 O problema da tradução

Tendo em vista que epistemologia e semântica estão agora associadas e buscam um objetivo comum (compreender as bases do nosso conhecimento), será objeto de estudo central a análise da aquisição da nossa linguagem. É inevitável aos propósitos de Quine se colocar a pergunta de como funciona a linguagem humana, como se constituem os sentidos das palavras e sentenças. Quine afirma que o aprendizado da linguagem consiste, de modo geral, em um processo físico, através de uma relação de irritação das superfícies sensíveis do indivíduo pelo ambiente físico.

Os dois primeiros capítulos da obra “Palavra e Objeto” são dedicados a uma análise detalhada acerca de temas interligados à compreensão do significado. De acordo com Quine, os termos possuem significado empírico pois estão ancorados na experiência, entretanto, esse vínculo não é reducionista, em que a confirmação empírica se dá isoladamente, mas sim estabelece que há uma rede de sentenças que são confrontadas em conjunto com a experiência sensível. Uma forma de demonstrar essa característica pode ser feita ao perceber como determinadas afirmações nos instigariam a refletir de que maneira o domínio empírico atua em nosso conhecimento acerca do mundo. Por exemplo, em um proferimento do tipo “Há cobre em uma determinada substância” isso após verificar que a substância se tornou verde²⁴, de que maneira se poderia dizer que o domínio empírico atuou sobre essa afirmação? Somente a partir de uma perspectiva holística, apoiada na ideia de que as sentenças estão conectadas umas com

²³ Essa definição da sentença observacional e outras questões relacionadas ao aprendizado da linguagem será tratada nos dois primeiros capítulos da obra “Palavra e Objeto”.

²⁴ (Quine, Palavra e Objeto, 2010, p. 33)

outras e que algumas dessas sentenças estão ancoradas na experiência apenas periféricamente enquanto outras estão de forma mais direta, é que iremos compreender sua base empírica.

Seja através de uma forma indireta ou mesmo múltipla, o significado está sim, para Quine, atrelado às bases sensoriais, sendo que essas bases são identificadas em termos de “estimulações”. Diz Quine: “Mesmo que a fala tenha pouca correspondência com as estimulações não-verbais, é nessa estimulação que devemos procurar por qualquer conteúdo empírico que possa existir.”²⁵ Essa conexão entre fala e estimulações verbais e não verbais não é simples, é preciso entender o quanto e de que forma as estimulações interferem na linguagem dos indivíduos.

Segundo Quine, qualquer significado de palavras está assentado ou condicionado a algum estímulo externo (verbal, sensorial ou outro). Mas o que podemos entender por “estimulação sensorial”? As estimulações sensoriais são padrões de irradiação provenientes do mundo externo que atingem os sentidos do indivíduo, por exemplo, no caso da visão, devemos considerar as irradiações oculares. Deve-se destacar que as estimulações podem ser provenientes do que ocorre no presente ou do que ocorreu no passado, inclusive, um dos questionamentos levantados a partir disso é a possibilidade das estimulações que atingem o indivíduo em um momento específico poderem ou não serem desprezadas de outras irradiações (passadas); as irradiações precisam ser tomadas como totalidade e não como partes; dependendo de quais irradiações atingem o indivíduo pode variar o assentimento a uma frase, por exemplo, ao observar muito periféricamente um animal, como um coelho, o indivíduo pode não dar o assentimento a uma pergunta como “Coelho?” naquele momento. Muito importante considerar também, conforme apresentado no tópico anterior, que o que conta como estimulação é o que é público (o que possui caráter intersubjetivo), não devemos nos ater ao que ocorre dentro na mente do indivíduo, tendo em vista não nos comprometermos com algum sentido subjetivo das palavras e sentenças. “O que interessa são os usos linguísticos socialmente inculcados”²⁶.

A reflexão empírica central seria então, nas palavras de Quine, a de “saber como irradiações de superfície geram, por meio da linguagem, o conhecimento próprio do mundo”²⁷. Lembrando que Quine está em busca de uma explicação para o que seria o “significado empírico”, tendo em vista sustentar uma semântica que esteja conectada a uma concepção empírica. Um bom candidato a satisfazer a definição de tal conceito é o que ele irá chamar de

²⁵ (Ibidem, p. 50)

²⁶ (Ibidem, p. 56)

²⁷ (Ibidem, p. 50)

“significado por estímulo” (*stimulus meaning*). Para nos aprofundarmos nesse conceito, cabe apresentar o problema da tradução. A situação da tradução radical é uma boa maneira de representar o funcionamento da linguagem humana. Ela corresponde a um cenário composto por um linguista (um intérprete) que é colocado em uma comunidade nativa totalmente desconhecida (com a qual ninguém tenha entrado em contato até então) para traduzir a língua desses nativos. O que se pode observar é que os únicos recursos deste intérprete para fazer a tradução são as combinações de frases dos nativos e as situações de estimulação, e com essa base, este intérprete busca as relações de sinonímias entre as sentenças proferidas pelo nativo e as suas próprias sentenças, produzindo assim, um manual de tradução. Com esse entendimento, pode-se afirmar que o linguista disposto a traduzir as sentenças terá apenas o comportamento verbal, ou seja, as respostas do nativo aos estímulos verbais e não verbais. Utilizemos o exemplo de Quine no qual é buscada uma relação de sinonímia entre as frases “gavagai” e “coelho”. As peças desse sistema são: os estímulos de luz, o que o linguista vê atingir a superfície do olho nativo, neste caso, um coelho passando rápido em sua frente, e o seu comportamento verbal, neste caso, o proferimento dos sons “gavagai”

O “significado por estímulo” é definido como todas as estimulações que incitam o assentimento ou dissentimento a uma determinada frase de ocasião. As frases de ocasião seriam aquelas que dependeriam apenas de estimulações do presente. Diferentemente das frases permanentes (*standing sentence*), as frases de ocasião dispõem ao assentimento ou dissentimento se incitadas pelas estimulações do momento em que é perguntado pela frase. Cabe ressaltar que, nesse sentido, é preciso supor a disposição do sujeito de assentir ou dissentir (Quine vai tratar desse problema mais à frente no livro). Apesar da dificuldade em pensarmos significados (ou significados de sentenças) que dependam apenas de estímulos do presente, é a partir dessas sentenças que se poderá começar alguma tradução. As frases como “Coelho?” ou no caso da língua estrangeira em questão “Gavagai?” se encaixariam nessa definição, já que supostamente estão vinculadas apenas a estimulações do presente.

Porém, como seria possível saber quais estimulações pertencem ao significado por estímulo de “gavagai” ou “coelho”? Segundo Quine, se for dada uma estimulação x para uma frase y e o sujeito der o assentimento a frase e em outro momento não for dada a estimulação x e o sujeito não der o assentimento, então a estimulação pertence ao significado por estímulo dessa frase. Dessa forma, a ideia de que “gavagai” e “coelho” significam a mesma coisa se seguiria pois possuiriam o mesmo significado por estímulo. Avançando no estudo desse conceito de “significado por estímulo” para frases de ocasião, nos deparamos com o problema da informação intrusiva, ou também chamada de “informação colateral”. Quine nos mostra que

mesmo desconsiderando a dificuldade em delimitar o que é “atual” e o que não é, pode-se perceber que no ato de correlacionar o comportamento verbal presente com as estimulações do presente, o intérprete pode se deparar com uma quantidade de informações que desempenham um papel para o nativo sem que o linguista jamais possa saber, são informações que não são compartilhadas pelos dois. Um dos exemplos utilizados em “Palavra e Objeto” é a possibilidade de haver “moscas de coelho”, moscas que habitam a região do nativo e que sempre aparecem junto a presença de coelhos, assim, o que incitaria o assentimento do nativo a “Gavagai?” poderia ser a presença das moscas. Isso dificultaria a garantia de que os estímulos sejam exatamente os mesmos para os dois e poderíamos concluir que a separação de estimulações passadas e presentes não bastariam já que pode ocorrer a dificuldade em isolar as informações colaterais das não colaterais, não sendo tão fácil assim atingir esse “núcleo empírico”. É preciso mais uma restrição dentro deste grupo de frases de ocasião, encontramos, assim, as “frases observacionais” (*observation sentences*). As frases observacionais são aquelas em que o significado por estímulo não varia sob influência de informação colateral. Isso abre possibilidade para se pensar que as frases de observação têm o significado por estímulo como o seu significado propriamente, e isso é de extrema importância para o argumento de Quine sobre a identificação de um conteúdo empírico na linguagem.

Quanto menos suscetível o significado por estímulo de uma frase de ocasião for às influências de informação colateral, menos absurdo haverá em pensar o significado por estímulo da frase como o significado da frase. Frases de ocasião, cujos significados por estímulo não variam sob influência de informação colateral, podem naturalmente ser chamadas frases de observação, e podemos dizer, sem medo de nos contradizermos, que seus significados por estímulo fazem plena justiça a seus significados. Essas são as frases de ocasião que têm seus significados ao alcance da mão. (Quine, Palavra e Objeto, 2010, p. 69)

O linguista poderia tentar fazer a separação do que conta como informação colateral daquelas que são propriamente sobre as estimulações em torno do objeto “coelho” encontrando o que Quine chama de um “denominador comum”. Caso isso fosse possível, o significado por estímulo poderia facilmente ser estabelecido como “significado” propriamente. Porém, a dificuldade ainda assim se mantém, afirma Quine:

Mas qualquer informação socialmente compartilhada, tal como aquela acerca de moscas de coelho ou a habilidade de compreender um comentário de um espectador, continuará afetando mesmo aquele denominador comum. Não existe critério evidente pelo qual eliminar tais efeitos e deixar apenas o significado de “Gavagai” propriamente dito – qualquer que seja o significado propriamente dito. (Quine, Palavra e Objeto, 2010, p. 64)

A informação colateral por si só já demonstra certa dificuldade em se postular que “coelho” e “gavagai” seriam sinônimos, mas, apesar de não atingir totalmente as nossas

expectativas, ainda assim as frases observacionais são o que o linguista tem de melhor para começar num cenário de tradução radical. Poderíamos admitir que “gavagai” e “coelho” seriam sinônimos se não houvesse a informação intrusiva.

A partir disso, Quine segue mantendo o seu projeto de confirmar que ambas as frases “gavagai” e “coelho” possuem uma igualdade de significado autêntica. Reforço o fato de se chegar a uma igualdade de significado “autêntica” justamente porque é nessa característica que se fará presente a indeterminação entre as linguagens. A sinonímia que pretende chegar é o que Quine chama de “sinonímia intrassubjetiva” e o ponto a ser destacado é que a igualdade de significado por estímulo não irá garantir essa sinonímia intrassubjetiva, pois sua abrangência se dará apenas no âmbito coextensivo. Ambas as frases coincidem em termos de objetos, mas isso não garante que tenham o mesmo significado. A respeito disso afirma Quine:

Vemos que dois termos podem, de fato, ser coextensivos, ou verdadeiros das mesmas coisas, sem serem intrassubjetivamente sinônimos por estímulo como frases de ocasião. Eles podem ser cridos como coextensivos sem serem, mesmo para o crente, sinônimos por estímulo como frases de ocasião; (Quine, Palavra e Objeto, 2010, p. 79)

É concebível falar em igualdade de significado por estímulo no sentido de ambas as frases possuírem aquelas estimulações que são essenciais para o assentimento ou dissentimento do falante. A partir das mesmas estimulações é dado o assentimento a “gavagai” e a “coelho”, mas nunca poderemos falar de igualdade de termos ou de referência, pois isso está ligado ao nosso esquema-conceitual, isto é, a nossa cultura e valores compartilhados em uma determinada sociedade. A dificuldade em estabelecer uma tradução rigorosa no sentido de completa identidade entre as frases “gavagai” e “coelho” é que mesmo afastando as possibilidades de informações colaterais, podemos ter diferentes modelos interpretativos para nos referirmos ao mundo. Essa concepção de uma relatividade ontológica, central na filosofia de Quine, corresponde a ideia de que pode haver diferentes esquemas-conceituais relacionados ao mesmo conteúdo empírico – o mundo. A nossa ontologia ou esquema-conceitual (da maior parte das línguas ocidentais) é caracterizado por uma estrutura predicativa (sujeito-objeto) onde a linguagem é baseada em falar e pensar sobre objetos. Porém, segundo Quine, “não se pode falar ou pensar de outra maneira não porque nosso padrão objetivamente seja um traço invariável da natureza humana, mas porque estamos limitados a adaptar qualquer padrão alheio a nosso próprio padrão.”²⁸ Ou seja, inevitavelmente projetamos a nossa própria ontologia no discurso do outro, não havendo outra possibilidade de nos relacionarmos diferente dessa.

²⁸ (Quine, Epistemologia Naturalizada, 1975, p. 123)

Com isso, não é possível garantir a sinonímia entre as frases de ocasião pois nosso padrão não é o único possível, “gavagai” poderia não ser apenas “coelho”, mas também ter outras traduções coerentes com a mesma base experiencial como “partes não destacadas de coelho”, “um determinado estágio temporal de coelho” ou mesmo “coelhidade”. Podemos dizer que ambos possuem o mesmo significado por estímulo, mas “significados” propriamente diferentes. Dessa forma, o linguista acaba por fazer uma “aproximação expressiva”²⁹, não se pode esperar que haja uma completa identidade de significado entre as duas expressões, mas apenas uma relação aproximada. Essa ideia está expressa nas passagens abaixo:

A tese é, então, esta: manuais para traduzir uma língua em outra podem ser estabelecidos de maneiras divergentes, todas compatíveis com a totalidade das disposições verbais, porém incompatíveis entre si. (Quine, Palavra e Objeto, 2010) (Quine, Palavra e Objeto, 2010, p. 51)

Pois, considere “gavagai”. Quem sabe se os objetos aos quais esse termo se aplica afinal não são coelhos, mas meros estágios, de breves segmentos temporais de coelho? Em qualquer evento, as situações de estimulação que incitam assentimento a “Gavagai” seriam as mesmas que para “coelhos”. Ou, quem sabe os objetos aos quais “gavagai” se aplica são a totalidade das partes não destacadas de coelhos; novamente o significado por estímulo não registraria diferença. Quando, da igualdade de significado por estímulo de “gavagai” e “coelho”, o linguista salta à conclusão de que um gavagai é um coelho inteiro contínuo, ele está apenas dando por certo que o nativo é suficientemente parecido a nós a ponto de ter um termo geral breve para coelhos e não um termo geral breve para estágios de coelhos ou partes. (Quine, Palavra e Objeto, 2010, p. 80)

Para que fosse possível saber qual das alternativas é a correta, precisaríamos aplicar um aparato de identidade e quantificação. De acordo com Quine, esse modo de se referir ao mundo como composto por objetos ou corpos físicos é resultado da aquisição de um “aparato de individuação” aprendido em um determinado estágio da infância do indivíduo. Anteriormente a essa fase, podemos dizer que a criança se relaciona de uma maneira diferente com o mundo ao seu redor. Para fazer essa distinção, Quine analisa os tipos de termos que utilizamos para nos referirmos ao mundo. Existiriam os “termos de massa” que tratam as coisas ao redor como uma porção dispersa³⁰ e que muitas vezes não são submetidos a plurais ou artigos; e os termos que seriam considerados de “referência dividida”, que estariam sujeitos a dicotomia entre termos singulares e termos gerais. O fato da criança pronunciar termos como “mamãe” ou “maçã”, que são termos de referência dividida, não comprovaria que estaria tratando do que aparece em sua frente como um objeto físico, mas o que ela percebe é um todo, a mãe que a visita regularmente e lhe oferece a maçã, por exemplo. Neste momento, “maçã” e “mamãe”

²⁹ (Quine, Palavra e Objeto, 2010, p. 66)

³⁰ (Quine, Falando de Objetos, 1975, p. 126)

funcionam como termos de massa, no qual “possuem uma propriedade semântica de se referirem cumulativamente”³¹. Se a criança, nos seus primeiros anos de vida, não utiliza o aparato individuador para se referir as experiências, é factível que esse aparato não seja inato aos seres humanos (universal). Isso nos leva a considerar que o comportamento ostensivo (o ato de apontar) juntamente com o proferimento “gavagai”, no caso do nativo, não poderia servir como evidência de que ele esteja fazendo referência a objetos ou corpos físicos no mundo, de maneira similar como acontece com a criança em seus primeiros anos de vida ao pronunciar “mamãe” na presença da mãe.

Para sabermos quando a criança adquiriu o aparato individuador, precisamos identificar o momento em que ela esteja apta a distinguir um objeto físico de outros objetos físicos, ou seja, saber o momento em que a criança identifica quando começa e termina um objeto físico de um tipo e quando começa outro. Quine afirma que esta capacidade só é considerada de fato integrada pela criança quando ela pode utilizar expressões como “este”, “aquele”, “o mesmo” ou “um outro” pois assim seria possível identificar quando está se referindo ao mesmo objeto (numericamente falando). Um ponto que Quine destaca é que apenas a utilização de plurais não seria suficiente para identificar o aparato individuador na criança, ainda que fosse um importante começo para se chegar nele, pois mesmo utilizando o plural de um objeto como bola, ainda se pode entendê-lo como termo de massa só que de um tipo especializado³².

Pois é ao completar-se esse passo e somente então que pode haver algum discurso geral sobre objetos como tais. Somente nesta etapa começa a fazer sentido querer-se saber se a maçã que se tem na mão agora é a maçã que se observou ontem. (Quine, *Falando de Objetos*, 1975, p. 128)

A sua concepção a respeito do aparato de individuação terá como consequência a tese da inescrutabilidade da referência, pois considerar que um esquema-conceitual é relativo, ou seja, poderia estar ou não presente em outras linguagens, nos torna propensos a não sabermos se um termo se refere a um objeto ou não. No exemplo utilizado por Quine, saber se se refere ao objeto “coelho” ou a “coelhidade, por exemplo.

³¹ (Quine, *Falando de Objetos*, 1975, p. 126)

³² (Quine, *Falando de Objetos*, 1975, p. 127)

1.6 O princípio de caridade

O meio que faz com que a tradução dessa língua estrangeira ocorra, mesmo não sendo de uma maneira “excludente”, já que não exclui a possibilidade de outros sistemas diferentes serem igualmente compatíveis com a experiência, é o estabelecimento de um princípio básico que deve ser utilizado na tradução: o princípio de caridade.

Esse princípio se originou com Neil L. Wilson, a partir do estabelecimento de critérios para a interpretação de uma língua estrangeira. Segundo Wilson, devemos utilizar um manual de tradução que torne verdadeira a maior parte das coisas que são proferidas pelo falante desta língua. Em uma interpretação que tenha como consequência a irracionalidade ou a identificação de enunciados que são maciçamente falsos, devemos entender que esta interpretação precisa ser revisada. Ele é o princípio indispensável para determinar o significado da fala do outro.

Pode-se entendê-lo como uma atitude, que diante de diversas possibilidades de tradução deve-se escolher a que coloque o discurso do outro como fazendo o maior sentido possível. Em caso de se deparar com um conjunto muito grande de enunciados falsos, é mais provável que você esteja com algum problema na tradução do que estar com um manual que pressuponha irracionalidade no discurso do outro. Como exemplo, podemos utilizar a expressão espanhola “No hay nada”, o mais razoável seria considerar que diante de um cenário (diante das estimulações) onde não há mesmo nada, possivelmente essa língua tem um mecanismo de dupla negação, ou seja, a negação é dividida em duas partes, e não que seria o caso de anular a negação e então sustentar uma afirmação.

Em resumo, a tese da subdeterminação da tradução aponta para uma impossibilidade de estabelecermos apenas uma tradução possível para qualquer base experiencial que esteja sendo tratada, o campo de estimulações permite mais de uma linguagem e essas linguagens podem ser radicalmente distintas umas das outras. Porém, com a atribuição de racionalidade e coerência ao discurso do falante estrangeiro, que são os critérios do princípio de caridade, é possível produzir uma tradução razoável e que se possa de alguma maneira, por mais aproximada que seja, conduzir a algum tipo de comunicação entre os falantes desta outra língua.

O pressuposto base para se concluir que haveria uma subdeterminação da tradução entre as linguagens, é o da relatividade ontológica, ou seja, a compreensão de que existem esquemas-conceituais distintos para se referir ao mundo. De acordo com Quine, o aparato individuador já é ele mesmo um esquema-conceitual específico que aprendemos e utilizamos como forma de receber a experiência, após adquirido, toda compreensão de mundo se dará a partir dele. Quando tentamos traduzir uma língua distinta já aplicamos os nossos padrões de linguagem, não teria

como descobrir alguma ontologia, mas apenas projetar a sua própria ontologia em qualquer tentativa de tradução.

O ponto chave da tese da relatividade ontológica que confirmará uma fragilidade no pensamento de Quine é a adesão a um dualismo básico. Para que sustentemos a afirmação de que existiriam diferentes esquemas conceituais, é preciso assumir uma dicotomia fundamental em relação à nossa compreensão de mundo, a saber, a separação entre esquema conceitual e experiência sensível. Na tese de Quine, é separado o âmbito da experiência “bruta”, que seria composto pelas estimulações, e o âmbito interpretativo, que corresponde ao esquema conceitual responsável por organizar essa experiência.

A respeito dessa dicotomia, Donald Davidson esclarecerá que não só a epistemologia naturalizada de Quine se apresenta como inconsistente, mas a própria filosofia empirista como um todo. A tradição empirista teve como base a compreensão de que as experiências sensíveis constituem a evidência última para o conhecimento que temos sobre o mundo. Mesmo colocando objeções quanto ao aspecto reducionista que os empiristas clássicos se referiam a essas experiências, Quine ainda sustenta que as sentenças devem “enfrentar o tribunal da experiência”³³. Davidson sinaliza que as experiências que temos sobre o mundo não podem ser um meio de justificar as nossas crenças sobre ele, isso porque apenas crenças podem justificar outras crenças. Sendo as sentenças observacionais aquelas mais próximas dos receptores sensoriais e que mais facilmente correlacionamos às circunstâncias do presente, não faria sentido sustentá-las como justificadoras para o conhecimento, mas sim como causadoras das crenças que justificariam o conhecimento. No próximo capítulo abordarei as teses de Davidson que atingem diretamente os pressupostos da filosofia de Quine.

³³ (Quine, *Dois Dogmas do Empirismo*, 1951, p. 251)

2 DAVIDSON E O TERCEIRO DOGMA DO EMPIRISMO

As discussões tratadas por Davidson não se limitaram ao âmbito da filosofia analítica, seu trabalho faz interlocuções com diferentes campos do saber, a destacar, por exemplo, a psicologia da Gestalt. É interessante como podemos identificar uma perspectiva humanista em suas concepções conectada aos aspectos lógicos e científicos. Essa característica ficará clara nesta dissertação quando for abordada a teoria da interpretação, onde Davidson afirma que ao considerar o falante como um detentor de crenças e intenções é preciso se atentar para o fato de estarmos tratando de sujeitos racionais que, em geral, possuem a intenção de expressar uma verdade ao pronunciar uma sentença, nesse sentido a racionalidade humana será como um fundamento para a sua teoria.

O que será de suma importância para este trabalho é a base do pensamento de Davidson que tem como um objetivo compreender como podemos interpretar o discurso do outro e entender propriamente a natureza do discurso. Pensar quais seriam as bases da linguagem e se seria concebível pensar em linguagens intraduzíveis. Para trabalhar esses temas, o capítulo será focado na apresentação dos conceitos presentes nas obras “On the very idea of conceptual scheme” e “Radical Interpretation”.

Em “Interpretação Radical” o tema central discutido diz respeito a questão de como é possível interpretar um discurso em uma língua distinta sem ter qualquer conhecimento prévio da língua. Para desenvolver esse tema, Davidson entende a necessidade de elaborar uma teoria da interpretação, sendo assim, conforme poderá ser visto no tópico 2.2 desta dissertação, “Interpretação Radical”, um de seus empreendimentos no texto é pensar sob quais condições a teoria da verdade de Tarski poderia ser usada para construção de uma teoria da interpretação, que seria confirmada pelo ponto de vista da situação da interpretação radical.

A conclusão a que se chega em “Interpretação radical” também reflete na tese de Davidson a respeito da ideia de “esquema conceitual”. Segundo ele, é insustentável conceber que diferentes linguagens poderiam estar vinculadas a esquemas conceituais distintos e incomensuráveis entre si. A alegação de que haveria uma incomparabilidade dramática entre as linguagens não seria compreensível visto que as mesmas são pensadas a partir de um solo comum, que para Quine seriam as estimulações ou dado empírico. Davidson sugere que a filosofia de Quine se estabeleceu em um pressuposto dogmático representado por esse dualismo “esquema-conceitual/conteúdo empírico”. Nos textos mencionados acima, se concentram os principais conceitos do pensamento de Davidson que retratam esse aspecto da filosofia de

Quine como o “terceiro dogma do empirismo”. A seguir serão analisadas essas noções e de que forma elas se interconectam.

2.1 A ideia de esquema conceitual

Davidson em sua obra “On the very idea of a conceptual scheme” busca discutir sobre a concepção de “esquema conceitual” que é tão presente no trabalho de diversos filósofos em diferentes abordagens. A ideia de esquema conceitual aparece para Davidson como ininteligível por conta de alguns fatores, e de acordo com ele, ao elucidarmos melhor a compreensão desse conceito, será possível identificar a contradição presente nele.

O que está no cerne da noção de esquema conceitual é pensar que nos relacionamos com a experiência ou com a realidade sempre a partir de um sistema que a organiza ou que a enquadra a partir de alguma perspectiva. Consequentemente entende-se que esse sistema é variável de acordo com a sociedade/cultura que está sendo considerada, ou seja, a ideia de esquema conceitual nos leva a afirmar um relativismo conceitual³⁴. Afirma Davidson:

Filósofos de muitas convicções são propensos a falar de esquemas conceituais. Os esquemas conceituais, pelo que dizem, são formas de organizar a experiência; são sistemas de categorias que dão forma aos dados sensíveis; são pontos de vista a partir dos quais indivíduos, culturas ou períodos examinam a cena passageira. Pode não haver tradução de um esquema para outro, seria o caso em que as crenças, desejos, esperanças e conhecimentos que caracterizam uma pessoa não têm contrapartidas verdadeiras para uma outra pessoa de outro esquema. A própria realidade é relativa a um esquema: o que conta como real em um sistema pode não contar em outro.³⁵ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 183)

Davidson argumenta que há um paradoxo na pressuposição de esquemas conceituais distintos, uma vez que, para identificar as diferenças entre um sistema e outro seria preciso uma base comum para que fosse possível traçá-las, porém, como afirmar que há diferenças tão drásticas se os esquemas compartilham essa mesma base comum? Se for possível diferentes pontos de vista em relação a linguagem-mundo, deve haver um sistema comum,

³⁴ (Davidson, 1974, p. 183)

³⁵ No original: Philosophers of many persuasions are prone to talk of conceptual schemes. Conceptual schemes, we are told, are ways of organizing experience; they are systems of categories that give form to the data of sensation; they are points of view from which individuals, cultures, or periods survey the passing scene. There may be no translating from one scheme to another, in which case the beliefs, desires, hopes, and bits of knowledge that characterize one person have no true counterparts for the subscriber to another scheme. Reality itself is relative to a scheme: what counts as real in one system may not in another. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 183)

sendo assim, não faz sentido dizer que as linguagens são incomensuráveis (não têm medida comum). Segundo Davidson, o que seria preciso é estabelecer os limites desse contraste conceitual, pensar o que é estranho, novo ou absurdo.

A metáfora dominante do relativismo conceitual, que seria a existência de diferentes pontos de vista, parece recair em um paradoxo subjacente. Diferentes pontos de vista fazem sentido, mas apenas se houver um sistema comum sobre o qual traçá-los; No entanto, a existência de um sistema comum desmente a alegação de incomparabilidade dramática. O que precisamos, parece-me, é ter alguma ideia das considerações que estabelecem os limites do contraste conceitual.³⁶ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 184)

Uma primeira dificuldade ressaltada por Davidson seria em relação ao conflito entre esquema conceitual e linguagem, se não se trata do mesmo domínio, qual das duas seria a responsável por organizar a experiência? A tese do relativismo conceitual considera que linguagens distintas poderiam compartilhar o mesmo esquema conceitual, sabemos disso pois é quando a tradução entre ambas é possível que se pode concluir que possuem o mesmo esquema. Segundo Davidson é incompreensível conceber tal separação, a linguagem não deve ser pensada “separada da alma”:

Nós podemos identificar esquemas conceituais com linguagens, ou melhor, permitir a possibilidade de que mais de uma linguagem possa expressar o mesmo esquema, nesse caso, de linguagens que são intertraduzíveis. Linguagens que não devemos pensar como separáveis das almas; falar uma língua não é um traço que um homem pode perder mantendo o poder do pensamento. Portanto, não há possibilidade de que alguém possa assumir um ponto de vista para comparar esquemas conceituais abandonando temporariamente do seu próprio.³⁷ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 185)

A partir disso, pode-se entender que o parâmetro para distinguir esquemas conceituais seria então a traduzibilidade entre as linguagens. Para desenvolver o tema, Davidson aborda duas possíveis formas de representar a impossibilidade de tradução: a falha parcial e a falha total na tradução. Em relação à falha total na tradução, Davidson é muito assertivo em afirmar que essa possibilidade é inviável, pois há uma relação muito próxima entre atribuir ao outro

³⁶ No original: The dominant metaphor of conceptual relativism, that of differing points of view, seems to betray an underlying paradox. Different points of view make sense, but only if there is a common co-ordinate system on which to plot them; yet the existence of a common system belies the claim of dramatic incomparability. What we need, it seems to me, is some idea of the considerations that set the limits to conceptual contrast. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 184)

³⁷ No original: We may identify conceptual schemes with languages, then, or better, allowing for the possibility that more than one language may express the same scheme, sets of intertranslatable languages. Languages we will not think of as separable from souls; speaking a language is not a trait a man can lose while retaining the power of thought. So there is no chance that someone can take up a vantage point for comparing conceptual schemes by temporarily shedding his own.

uma “linguagem” e atribuir ao outro atitudes como crenças, desejos e intenções.³⁸ Pensar que poderia haver uma língua que em sua totalidade não pudesse ser traduzida faria questionar o próprio fato de que as sentenças proferidas por essas pessoas que compartilham essa língua poderem ser consideradas uma linguagem, ou comportamento de fala (*speech behaviour*).

Parece improvável podermos atribuir inteligivelmente atitudes tão complexas como essas a um falante, a menos que possamos traduzir suas palavras em nossas. Não há dúvida de que a relação entre ser capaz de traduzir a língua de alguém e ser capaz de descrever suas atitudes é muito próxima.³⁹ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 186)

Davidson aponta que, para que pudéssemos sustentar a possibilidade de uma falha total seria necessário encontrar um critério linguístico que faria com que essa outra língua possuísse um status de “linguagem”, ou seja, pudesse ser compreendida mesmo como uma linguagem, sem recorrer à traduzibilidade. Entretanto, esse critério não é encontrado, o que nos faz identificar os proferimentos do outro como sendo algo que é considerado “linguagem” é possibilidade de tradução em nossa própria língua. Essa tese fica clara nos trechos abaixo:

Procuramos por um critério de linguagem que não dependesse ou implicasse a traduzibilidade para um idioma familiar.⁴⁰ (...) A traduzibilidade para uma língua familiar [é] o critério de linguagem.⁴¹

Outro aspecto desfavorável para a concepção do relativismo conceitual é a suposta existência de um “solo comum”. Segundo Davidson “é essencial para essa concepção que haja algo neutro e comum que esteja fora de todos os esquemas. Porém, esse algo comum não pode, é claro, ser objeto das línguas contrastantes, ou a tradução seria possível”.⁴² É necessário pressupor um sistema comum para fazer a distinção entre as duas, mas a existência desse solo comum já é um argumento contra a incomensurabilidade entre as linguagens.

Quanto a possibilidade da falha parcial, ou seja, entender que não todas, mas parte das sentenças contidas em uma linguagem não poderiam ser traduzidas, Davidson afirma que

³⁸ (Davidson, 1974, p. 186)

³⁹ No original: it seems unlikely that we can intelligibly attribute attitudes as complex as these to a speaker unless we can translate his words into ours. There can be no doubt that the relation between being able to translate someone's language and being able to describe his attitudes is very close. (Davidson, 1974, p. 186)

⁴⁰No original: we were looking for a criterion of languagehood that did not depend on, or entail, translatability into a familiar idiom.

⁴¹ No original: translatability into a familiar tongue [is] a criterion of languagehood (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 183)

⁴² No original: It is essential to this idea that there be something neutral and common that lies outside all schemes. This common something cannot, of course, be the subject matter of contrasting languages, or translation would be possible. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 190)

devemos identificar qual seria a dificuldade que está impedindo que a tradução ocorra. O que torna muitas vezes impeditivo para a tradução é uma postura do intérprete perante a língua desconhecida, no qual não confere veracidade ao discurso alheio. Atribuir condições de verdade para as sentenças proferidas pelo outro falante é o primeiro passo para nos aproximarmos de sua língua. Cito Davidson: “como o conhecimento das crenças é atingido apenas com a capacidade de interpretar palavras, a única possibilidade no início é assumir um acordo geral sobre as crenças”⁴³ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 196)

Pensar que parte das sentenças careceriam de sentido é resultado de uma separação entre dois âmbitos que estão totalmente conectados: verdade e interpretação. Há uma interdependência entre “atribuir crenças” e “interpretar as sentenças” em relação a um comportamento verbal de um falante. Não é possível, pela perspectiva de Davidson, pressupor o discurso de um falante como sendo verdadeiro e, ao mesmo tempo, entender que esse discurso não é passível de interpretação.

Essa pressuposição de sentido atribuído às sentenças do falante corresponde ao Princípio de Caridade⁴⁴. A base do Princípio de Caridade não é eliminar os desacordos que possam surgir entre os falantes, isso na verdade ocorre muitas vezes e é comum entre as linguagens, mas, em meio a qualquer dificuldade de tradução, ou melhor, compreensão, já que aqui podemos pensar linguagens distintas e iguais, deve-se maximizar o acordo. Para tornar os desacordos inteligíveis, é necessário que haja algum acordo entre ambas as linguagens. É importante frisar que a caridade é vista por Davidson como condição *sine qua non* para a comunicação entre dois falantes. Afirma Davidson: “A caridade nos é imposta; quer queiramos quer não, se queremos entender os outros, devemos considerá-los certos na maioria das vezes”⁴⁵. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 197).

A falha parcial é, então, rebatida com a ideia de que as diferenças, essas possíveis sentenças intraduzíveis, são na verdade divergência de opinião e não de conceitos, não se tratando, assim, de linguagens com esquemas conceituais distintos.

⁴³ No original: Since knowledge of beliefs comes only with the ability to interpret words, the only possibility at the start is to assume general agreement on beliefs. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 196)

⁴⁴ O Princípio de caridade foi formulado originalmente por Neil L. Wilson e utilizado por Quine, conforme falado no capítulo anterior. O que está na base do princípio é prevenir a pressuposição de irracionalidade no discurso de alguém, nesse sentido, serve como princípio que rege a nossa interpretação e comunicação.

⁴⁵ No original: Charity is forced on us; whether we like it or not, if we want to understand others, we must count them right in most matters. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 197)

O princípio de caridade é trabalhado por Davidson como um fundamento para a interpretação do discurso. Em seu artigo “Radical Interpretation” é introduzida essa concepção da caridade como evidência para essa perspectiva. No próximo tópico serão abordados os principais pontos a respeito do artigo.

2.2 Interpretação Radical

Para compreendermos mais a fundo a crítica em relação a ideia de esquema conceitual, é importante verificar como Davidson estrutura uma teoria da interpretação como forma de fundamentar a afirmação de que é possível (sempre ou na maior parte das vezes) interpretar o discurso do outro, ou seja, entender como posso ter certeza de que estou apto a interpretar uma língua estrangeira. Similarmente ao cenário apresentado por Quine, Davidson também aborda em sua obra “Interpretação Radical” essa situação limite onde há um intérprete lidando com uma linguagem completamente desconhecida. Entretanto o objetivo da interpretação radical é diferente, pois ao invés de propor um manual de tradução com base no qual as sentenças de uma língua desconhecida são correlacionadas a língua do intérprete, ela procura construir uma teoria do significado que explique por que estamos aptos a interpretar o discurso do outro.

Um dos pontos que caracteriza a concepção de Davidson a respeito do tema é que o ato de “interpretar” envolve qualquer comunicação entre dois falantes, seja da mesma língua ou de uma língua distinta, afirma Davidson nas primeiras páginas do texto Interpretação Radical:

O problema da interpretação é tanto doméstico quanto estrangeiro: ele surge para falantes da mesma língua através do questionamento, como determinar que a língua é a mesma? Os falantes da mesma língua podem partir do pressuposto de que, para eles, as mesmas expressões devem ser interpretadas da mesma maneira, mas isso não indica o que justifica a suposição. Toda compreensão do discurso do outro envolve uma interpretação radical.⁴⁶ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, pp. 125-126)

O ponto central no texto de Davidson é encontrar algo que sirva como uma evidência para a possibilidade de interpretar um discurso. Como posso vir a saber o significado das palavras ditas em outra língua? Qual o critério para a interpretação? Essas são algumas

⁴⁶ No original: The problem of interpretation is domestic as well as foreign: it surfaces for speakers of the same language in the form of the question, how can it be determined that the language is the same? Speakers of the same language can go on the assumption that for them the same expressions are to be interpreted in the same way, but this does not indicate what justifies the assumption. All understanding of the speech of another involves radical interpretation. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, pp. 125-126)

perguntas fundamentais no contexto da interpretação radical e, para respondê-las, Davidson buscará uma teoria que funcione como fundamento teórico. O texto é estruturado de forma a apresentar algumas hipóteses que poderiam responder à questão, mostrando suas fragilidades e inconsistências, até chegar finalmente na solução adotada.

A primeira possibilidade seria utilizar uma Teoria do Significado. A partir dos significados das sentenças poderíamos interpretar um discurso, porém, essa opção é rejeitada na medida em que estabelece o sentido como entidade Davidson alega que recorrer ao conceito de “significado” para explicar o processo de interpretação trará mais dificuldades tendo em vista o fato desse conceito ser mais obscuro do que a própria noção de interpretação. A segunda possibilidade seria a utilização de uma teoria causal.⁴⁷ Essa teoria trabalharia meramente a relação causal entre aquilo que está sendo dito (o som emitido pelo falante) e os comportamentos linguísticos. Davidson ressalta que isso poderia funcionar para sentenças simples, que estão mais ligadas a uma experiência direta, mas não dá conta das sentenças de maior complexidade e abstração. Uma teoria da causalidade possivelmente está atrelada a um aspecto behaviorista, que no geral, recusa qualquer referência a atividades “mentais”, estabelecendo que tudo pode se reduzir a comportamentos. Davidson, no entanto, não quer abrir mão de um caráter intencional do discurso, pois reconhece uma dimensão mental que não se reduz a uma análise comportamental.

Uma terceira abordagem descartada é a busca por uma conexão entre os proferimentos com fatos “não linguísticos”, abordagem similar ao que foi empreendido por Quine em sua “tradução radical”. Aqui a crítica central é quanto à existência deste domínio “não linguístico” que poderia ser acessado. A tese coerentista de Davidson alega justamente a impossibilidade de conceber tal domínio: tudo que é acessado pela linguagem deve ser considerado linguístico, não podendo entrar em discussão quanto a prova da interpretação do discurso algo que não seja de natureza linguística. O princípio do coerentismo é um aspecto de grande importância na obra de Davidson, especialmente quando argumentará sobre o papel da experiência sensível na aquisição das crenças pelo ser humano.

A partir das críticas mencionadas e em continuidade ao que Davidson propõe no texto, pode-se identificar que uma teoria da interpretação aplicável deve satisfazer a duas condições: primeiro, ela deve ser capaz de fornecer o significado de cada sentença em uma linguagem, demonstrando que os significados das sentenças dependem de sua estrutura semântica, ou seja, a linguagem vai ter uma estrutura gramatical de sentenças primeiras das quais outras irão

⁴⁷ Davidson indica no artigo as teorias causais como as de Ogden e Richards e de Charles Morris. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 127)

derivar (como axiomas). Essa condição mostrará que não é possível que a teoria dê conta universalmente⁴⁸. Pode-se identificar um número finito de sentenças em determinadas línguas e isso permitiria entender uma infinidade de sentenças nessas línguas, porém não em todas as línguas possíveis. Pensar que poderia haver um método universal aplicável que permitisse interpretar qualquer língua não parece viável, é preciso ser mais modesto em relação a esse quesito. Afirma Davidson:

O máximo que se pode esperar é explicar como um intérprete poderia interpretar os enunciados de falantes de uma única língua (ou de um número finito de línguas): não faz sentido reivindicar por uma teoria que produza uma interpretação explícita para qualquer enunciado em qualquer língua possível.⁴⁹ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 128)

A segunda condição seria a de que essa teoria fosse baseada em uma evidência que comprove que a interpretação é possível, sem com isso cair no problema da circularidade. Davidson ressalta que isso ocorreria caso fossem utilizadas as crenças e intenções como base evidencial para a teoria da interpretação⁵⁰. Dispor das intenções e das crenças do falante seria justamente a finalidade da teoria, ou seja, interpretar algum discurso. As sentenças interpretadas correspondem ao que a minha teoria permitiu concluir, ou seja, onde se quer chegar, sendo assim, não posso pressupor algum conhecimento da língua antes. Afirma Davidson:

O segundo requisito geral de uma teoria da interpretação é que ela possa ser sustentada ou verificada por evidências plausivelmente disponíveis para um intérprete. (...) Na interpretação radical, entretanto, supõe-se que a teoria forneça uma compreensão de enunciados particulares que não é fornecida antecipadamente, de modo que a evidência final para a teoria não pode ser uma amostra correta de interpretações.⁵¹ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 128)

A saída proposta por Davidson é de certa forma similar à utilização da tradução, porém, há uma diferença fundamental entre ambas que precisa ser elencada. Falar em interpretação radical envolve a noção de compreensão em um sentido forte, isso se apresenta de forma clara quando contraposta à ideia da tradução. Podemos entender que a tradução (um manual de

⁴⁸ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 128)

⁴⁹No original: The most that can be expected is to explain how an interpreter could interpret the utterances of speakers of a single language (or a finite number of languages): it makes no sense to ask for a theory that would yield an explicit interpretation for any utterance in any (possible) language. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 128)

⁵⁰ É questionável, entretanto, se Davidson vai pressupor algo nesse sentido ao considerar que os falantes são sujeitos racionais que possuem crenças e intenções.

⁵¹ No original: The second general requirement on a theory of interpretation is that it can be supported or verified by evidence plausibly available to an interpreter. (...) In radical interpretation, however, the theory is supposed to supply an understanding of particular utterances that is not given in advance, so the ultimate evidence for the theory cannot be correct sample interpretations. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 128)

tradução) corresponde a uma correlação de sentenças de duas línguas distintas, porém, esse manual pode ser apenas a mera correlação de sentenças, não necessariamente havendo a compreensão da língua.

Tendo recusado as abordagens anteriores, Davidson acredita que um bom caminho para ser seguido é utilizar a teoria da verdade de Tarski como base para a sua teoria da interpretação. A teoria da verdade de Tarski consiste em um teorema construído para definição da verdade para linguagens formais. Esse teorema, conhecido como “Convenção T” busca uma correlação entre as sentenças de uma linguagem que esteja sendo tratada (linguagem objeto) e uma metalinguagem, sustentando que para cada sentença “s” na linguagem objeto há uma sentença “T” na metalinguagem na forma: *s é verdadeiro (na linguagem objeto) se e somente se p*. Ao substituir 's' por uma descrição canônica de s, e 'p' por uma tradução de s na metalinguagem é possível obter a verdade da sentença.⁵²

Tarski utiliza a Convenção T como forma de definição da verdade para linguagens formais (predicados lógicos), ou seja, linguagens que não possuem ambiguidades. Para tornar esse teorema aplicável ao seu objetivo de estruturar uma teoria da interpretação, Davidson precisará adaptá-lo para as linguagens naturais, que possuem algumas características que poderiam impedir a sua utilização. As linguagens naturais são caracterizadas por sua natureza infinita, possuem, por exemplo, conectivos lógicos (palavras como “e”, “ou”, “não”, etc), variáveis, quantificadores, elementos esses que vão permitir construir novas sentenças a partir de outras que já foram construídas anteriormente e assim sucessivamente.

Para dar conta do fato das linguagens naturais serem infinitas, Davidson lança mão de duas noções complementares a teoria de Tarski: 1- a noção de satisfação - que seria compreender que dada uma sentença s, s é verdadeira se e somente se s é satisfeita para todas as sequências de objetos correspondentes; 2- a noção de recursividade – que seria construir sentenças T para sentenças mais simples para, então, utilizá-las para as sentenças complexas. Com esses dois recursos, Davidson conseguiria lidar com o problema da linguagem infinita, entretanto, há um segundo impeditivo para tal proposta ser concretizada: o fato das linguagens naturais também possuírem indexicais. Afirma Davidson:

Outras complexidades entram se nomes próprios e expressões funcionais são características irreduzíveis da linguagem objeto. Uma questão mais complicada diz respeito aos indexicais. Tarski estava interessado em linguagens formalizadas que não continham aspectos indexicais ou demonstrativos. Poderia, portanto, tratar as sentenças como veículos da verdade; a extensão da teoria aos enunciados é, nesse caso, trivial. Mas as línguas naturais são indispensavelmente repletas de características indexicais, como o momento em que são ditas, e por isso suas sentenças

⁵² (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 130)

podem variar na verdade de acordo com o tempo e o falante.⁵³ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, pp. 130-131)

Os indexicais correspondem a expressões cuja referência se determina no interior de contextos, termos como “aqui” “ali”, “meu” e “agora” podem ter seu valor de verdade alterado a depender das circunstâncias em que são pronunciados. Isso é mais um complicador para a viabilidade da teoria de Tarski em sua totalidade. Mas Davidson mantém seu objetivo, sinalizando a necessidade de aplicar a teoria em dois estágios:

O trabalho de aplicar uma teoria da verdade em detalhes à uma linguagem natural certamente se dividirá em duas etapas. Na primeira etapa, a verdade será caracterizada, não para toda a língua, mas para uma parte cuidadosamente manipulada da língua. Esta parte, embora sem dúvida seja desajeitada gramaticalmente, conterá uma infinidade de frases que esgotam o poder expressivo de toda a língua. A segunda parte corresponderá a combinar cada uma das sentenças restantes, a uma ou (no caso de ambiguidade) a mais de uma das sentenças para as quais a verdade foi caracterizada. Podemos pensar nas sentenças às quais o primeiro estágio da teoria se aplica como dando a forma lógica ou estrutura profunda de todas as sentenças.⁵⁴ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 133)

Ao caracterizar a verdade para as sentenças mais simples é construído um conjunto, um todo de sentenças que funciona como parâmetro na caracterização da verdade para as demais sentenças. É como se essas primeiras sentenças dessem a forma ou estrutura lógica da linguagem para que, em seguida, as demais sentenças pudessem ser tratadas através das restrições holísticas impostas pelas primeiras.

Até o momento Davidson pôde justificar a aplicabilidade da teoria da verdade para as linguagens naturais, porém, cabe lembrar que Davison não busca uma teoria da verdade, mas sim uma teoria da interpretação que atenda ao seu objetivo primordial: permitir afirmar que a interpretação é possível. Entretanto, será necessário apenas uma alteração, a saber, uma inversão da ordem da teoria da verdade de Tarski, para chegarmos à teoria reivindicada por Davidson. Afirma Davidson:

⁵³ No original: Further complexities enter if proper names and functional expressions are irreducible features of the object language. A trickier matter concerns indexical device. Tarski was interested in formalized languages containing no indexical or demonstrative aspects. He could therefore treat sentences as vehicles of truth; the extension of the theory to utterances is in this case trivial. But natural languages are indispensably replete with indexical features, like tense, and so their sentences may vary in truth according to time and speaker. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, pp. 130-131)

⁵⁴ No original: The work of applying a theory of truth in detail to a natural language will in practice almost certainly divide into two stages. In the first stage, truth will be characterized, not for the whole language, but for a carefully gerrymandered part of the language. This part, though no doubt clumsy grammatically, will contain an infinity of sentences which exhaust the expressive power of the whole language. The second part will match each of the remaining sentences to one or (in the case of ambiguity) more than one of the sentences for which truth has been characterized. We may think of the sentences to which the first stage of the theory applies as giving the logical form, or deep structure, of all sentences (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 133)

Na obra de Tarski, as sentenças são tomadas como verdadeiras porque o lado direito do bicondicional é assumido como uma tradução das condições de verdade da sentença para as quais estão sendo dadas. Mas não podemos supor de antemão que a tradução correta possa ser reconhecida sem antecipar o ponto da interpretação radical; em aplicações empíricas, devemos abandonar o pressuposto. O que proponho é inverter a direção da explicação: assumindo a tradução, Tarski será capaz de definir a verdade; a ideia atual é tomar a verdade como básica e extrair um relato de tradução ou interpretação.⁵⁵ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 134)

Na Convenção T é afirmado que “s” é verdadeira (na linguagem objeto) se e somente se “p”, onde p é uma tradução de s. Assumindo a equivalência de significado, Tarski chega à definição de verdade. Já em Davidson será feito o contrário, assumindo a verdade, ou seja, assumindo que as sentenças são verdadeiras, poderá se chegar à equivalência de significado (a tradução). Feita essa adaptação, será alcançada a evidência que se busca para mostrar que a interpretação é possível: considerar que o sujeito expressa uma crença em sua fala e as sustenta como verdadeiras.

Poderíamos questionar que não há qualquer evidência de que as sentenças devam ser assumidas como verdadeiras, tendo em vista que não temos certeza da equivalência entre “s” e “p”. Porém, a tese de Davidson é embasada em uma concepção da linguagem partindo do sujeito como detentor de crenças e intenções e isso está interligado ao significado dos seus proferimentos na medida em que qualquer proferimento dito por alguém expressa uma crença particular desse indivíduo e que ele crê naquilo que está dizendo. Vale destacar que não se trata de saber a descrição da crença do falante, mas saber que o falante sustenta essa crença, seja ela qual for, como verdadeira.⁵⁶ O cerne da tese é que significado e crença estão conectados, pois o falante sustenta determinadas crenças como verdadeiras justamente pelo significado delas. Ao sustentar as crenças como verdadeiras não supomos nada que necessite do conhecimento do significado dos proferimentos, mas se trata de uma atitude que o intérprete precisa ter ao interpretar qualquer discurso.

Tratando-se de linguagens naturais, haverá, claro, algum grau de generalização na concepção. Não temos garantia de que o falante falará sempre a verdade, mas o ponto chave para Davidson é que não é razoável pensar que alguém vai estar sempre equivocado a respeito

⁵⁵ No original: In Tarski's work, T-sentences are taken to be true because the right branch of the biconditional is assumed to be a translation of the sentence truth conditions for which are being given. But we cannot assume in advance that correct translation can be recognized without pre-empting the point of radical interpretation; in empirical applications, we must abandon the assumption. What I propose is to reverse the direction of explanation: assuming translation, Tarski will be able to define truth; the present idea is to take truth as basic and to extract an account of translation or interpretation. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 134)

⁵⁶ No original: The evidence cannot consist in detailed descriptions of the speaker's beliefs and intentions. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 134)

dos seus proferimentos, mas pelo contrário, é plausível considerar que na maior parte das vezes o indivíduo vai estar correto a respeito do que fala. O método da interpretação institui, então, atribuir condições de verdade para as sentenças ditas pelos falantes de modo que eles estejam dizendo a verdade a maior parte das vezes. É ininteligível pensar que haveria um desacordo massivo. Esse é o primeiro passo para conseguir interpretar os proferimentos do outro. Afirma Davidson:

Queremos uma teoria que satisfaça as restrições formais de uma teoria da verdade e que maximize a concordância, no sentido de fazer com que Kurt (e outros) estejam certos, tanto quanto podemos dizer, sempre que possível.⁵⁷ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 136)

Juntamente com a atitude de considerar o falante como pronunciando sentenças verdadeiras, devemos buscar outras evidências que apoiem essa estipulação, como analisar as circunstâncias em que o falante pronuncia tais sentenças e a identificação do falante como pertencente a uma comunidade que compartilha a mesma língua. A análise da tradução da sentença em alemão “Es regnet” expressa nos trechos a seguir, evidenciam essa orientação:

(T) 'Es regnet' é verdadeiro em alemão quando falado por alguém x no horário t se e somente se estiver chovendo perto de x no horário t. Por outro lado, temos a evidência, na forma:

(E) Kurt pertence à comunidade de fala alemã e Kurt mantém verdadeiro 'Es regnet' no sábado ao meio-dia e está chovendo perto de Kurt no sábado ao meio-dia.

Devemos, penso eu, considerar (E) como evidência de que (T) é verdadeiro. Como (T) é uma condicional quantificada universalmente, o primeiro passo seria reunir mais evidências para apoiar a afirmação de que:

(GE) (x)(t) (se x pertence à comunidade de fala alemã então (x sustenta como verdadeiro 'Es regnet' em t se e somente se estiver chovendo perto de x em t)).⁵⁸ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 135)

Atribuir a verdade para as sentenças do falante, considerando-o como certo na maior parte das vezes, corresponde à versão de Davidson do princípio de caridade. Este é o princípio que está na base do método da interpretação que se buscou no decorrer do texto. Através dele, Davidson estrutura sua tese da possibilidade de interpretar qualquer discurso. Isso será também

⁵⁷ No original: We want a theory that satisfies the formal constraints on a theory of truth, and that maximizes agreement, in the sense of making Kurt (and others) right, as far as we can tell, as often as possible. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 136)

⁵⁸No original: (T) 'Es regnet' is true-in-German when spoken by x at time t if and only if it is raining near x at t. On the other hand, we have the evidence, in the form:

(E) Kurt belongs to the German speech community and Kurt holds true 'Es regnet' on Saturday at noon and it is raining near Kurt on Saturday at noon.

We should, I think, consider (E) as evidence that (T) is true. Since (T) is a universally quantified conditional, the first step would be to gather more evidence to support the claim that:

(GE) (x)(t) (if x belongs to the German speech community then (x holds true 'Es regnet' at t if and only if it is raining near x at t)). (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1973, p. 135)

um forte argumento contra a ideia de esquema conceitual, visto que ela está assentada na concepção de incomensurabilidade das linguagens (línguas não traduzíveis).

Nesse momento, vale ressaltar as diferenças entre a caridade em Quine e Davidson. Quine recorre ao Princípio de Caridade como uma forma de assimilar os proferimentos da língua estrangeira à sua própria língua. O princípio funcionaria como um “guia” para revisão do manual de tradução onde, havendo algumas possibilidades de tradução na língua deve-se optar por aquela que considere o discurso do outro como verdadeiro, isto é, se a tradução tiver como consequência a identificação de enunciados como sendo maciçamente falsos, é provável que tradução precise ser revisada. Em Davidson a caridade é um princípio constitutivo da linguagem e comunicação entre os falantes, seja da mesma língua ou de uma língua estrangeira. Assumir que na maior parte das vezes o falante vai sustentar crenças como verdadeiras nada mais é do que considerá-lo como um sujeito racional e, se isso não for pressuposto, então não poderá sequer reconhecer que ele está dizendo alguma coisa, ou seja, considerar aquilo que está proferindo como sendo uma “linguagem”, não havendo qualquer comunicação.

Recapitulando o que foi abordado no tópico anterior, sobre a ideia de esquema conceitual e conectando-o com as noções de “interpretação radical”, identificamos como fundamental na filosofia de Davidson a interdependência entre significado e crença. Parece estranho para Davidson considerar o que o outro está afirmando como sendo verdadeiro sem que este proferimento seja traduzível na sua própria língua. Verdade e Tradução não devem ser separadas. Isso é um ponto crítico para atacar a concepção de esquema conceitual. O trecho de “on the very idea of conceptual scheme” expressa bem essa ideia:

Nossa tentativa de caracterizar linguagens ou esquemas conceituais em termos da noção de adequação à alguma entidade se resumiu, então, ao simples pensamento de que algo é um esquema ou teoria conceitual aceitável se for verdadeiro. Talvez seja melhor dizer amplamente verdadeiro para permitir que os participantes de um esquema difiram nos detalhes. E o critério de um esquema conceitual diferente do nosso agora se torna: em grande parte verdadeiro, mas não traduzível. A questão de saber se este é um critério útil, é apenas a questão do quão bem entendemos a noção de verdade aplicada à linguagem, independentemente da noção de tradução. A resposta é, penso eu, que nós não podemos entendê-las independentemente.⁵⁹ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 194)

⁵⁹ No original: Our attempt to characterize languages or conceptual schemes in terms of the notion of fitting some entity has come down, then, to the simple thought that something is an acceptable conceptual scheme or theory if it is true. Perhaps we better say largely true in order to allow sharers of a scheme to differ on details. And the criterion of a conceptual scheme different from our own now becomes: largely true but not translatable. The question whether this is a useful criterion is just the question how well we understand the notion of truth, as applied to language, independent of the notion of translation. The answer is, I think, that we do not understand it independently at all. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 194)

Após a conclusão de impossibilidade de esquemas conceituais, o que se apresenta como necessário é pensar como devemos entender o papel do conteúdo empírico. O terceiro dogma do empirismo, que corresponde a separação entre conteúdo empírico e esquema-conceitual, está totalmente interligado a própria ideia de esquema-conceitual que é problemática. Rejeitando tal concepção, Davidson afirma que não há mais como sustentar qualquer filosofia empirista, já que qualquer abordagem empirista recairá em uma separação entre a experiência comum e o esquema conceitual que a organiza, porém, isso não significaria recusar a interface das experiências na aquisição do conhecimento, e sim propor um papel diferente para sua interação. Cito Davidson:

Quero insistir que esse segundo dualismo de esquema e conteúdo, onde há um sistema organizador e algo à espera de ser organizado, não possa ser tornado inteligível e defensável. É um dogma do empirismo, o terceiro dogma. A terceira, e talvez a última, pois se desistirmos dela não é claro que reste algo distintivo para chamar de empirismo.⁶⁰ (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 189)

No próximo capítulo abordarei como Davidson esclarece essa função da experiência no conhecimento no contexto de sua teoria coerentista. Buscarei realizar uma interlocução com outros comentadores e temas pertinentes reavaliando as críticas levantadas por Davidson e refletindo em que medida ainda podemos discutir sobre o conceito de “esquema conceitual”.

⁶⁰ No original: I want to urge that this second dualism of scheme and content, of organizing system and something waiting to be organized, cannot be made intelligible and defensible. It is itself a dogma of empiricism, the third dogma. The third, and perhaps the last, for if we give it up it is not clear that there is anything distinctive left to call empiricism. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 189)

3 A EPISTEMOLOGIA ANTIFUNDACIONALISTA DE DAVIDSON

3.1 O Coerentismo como alternativa à epistemologia Fundacionalista empirista

No capítulo anterior foi possível identificar os motivos pelos quais Davidson rejeita a ideia de esquema conceitual e conseqüentemente rejeita também uma epistemologia empirista. Podemos dizer que as concepções da epistemologia empirista, no geral, estão assentadas em uma noção fundacionalista do conhecimento.

As correntes filosóficas conhecidas como Coerentismo e Fundacionalismo são duas perspectivas distintas sobre a natureza do conhecimento humano e a estrutura da justificação. Ambas abordam a questão fundamental de como as crenças são fundamentadas e sustentadas, mas oferecem abordagens diferentes para lidar com as dificuldades. Lembrando que o problema central neste momento é como devemos considerar a justificação das crenças perceptuais/empíricas. A própria noção de “justificação” é passível de discordâncias entre os filósofos, porém, aqui podemos tomá-la, de forma geral, como “razões para crer”.

O Fundacionalismo é uma abordagem que considera que algumas crenças são fundamentais e servem como base para justificar outras crenças. Essas crenças fundamentais são frequentemente chamadas de "crenças básicas" ou "crenças fundacionais". Ao contrário do coerentismo, o fundacionalismo argumenta que a validade do conhecimento depende da existência de crenças inquestionáveis e autoevidentes, das quais outras crenças podem ser deduzidas e/ou derivadas.

Na perspectiva fundacionalista empirista, as crenças básicas são derivadas da experiência sensorial direta. Essas crenças são chamadas de crenças empíricas e formam um ponto de partida sólido para a construção do conhecimento. A justificação de outras crenças é alcançada por meio de inferências lógicas a partir dessas bases sólidas.

Devo ressaltar que identifico a filosofia empirista de Quine como um “fundacionalismo brando” na medida em que o filósofo trata as sentenças observacionais como aquelas que possuem um grau mais “básico”. As sentenças observacionais seriam aquelas que os membros de uma comunidade concordam ou fornecem o mesmo veredito quanto a verdade ou falsidade, dada a sua estimulação. Para tal adesão, é provável que seu conteúdo se refere a corpos e conseqüentemente, estariam mais próximas dos receptores sensoriais. Elas também seriam as primeiras a serem aprendidas pelos indivíduos durante o aprendizado da linguagem. No tópico

3.3 desta dissertação apresento como a caracterização de tais sentenças se mostra inconsistente na concepção coerentista. No trecho a seguir, Quine descreve as sentenças observacionais:

Uma sentença é uma sentença observacional se todos os vereditos a seu respeito apoiam-se na estimulação sensorial presente e não se apoiam em nenhuma outra informação estocada além da que é envolvida na compreensão dessa sentenças. (Quine, *Epistemologia Naturalizada*, 1975, p. 172)

No contexto da explicação entre essas duas abordagens, vale distinguir o que seriam estruturas proposicionais e estruturas não-proposicionais. Pode-se dizer que as crenças possuem uma estrutura proposicional pois, para existirem, requerem uma capacidade conceitual do sujeito, elas já pressupõem um estado de consciência do indivíduo. Diferentemente, as experiências sensíveis ou estados perceptuais não são caracterizados por possuírem uma estrutura proposicional, pois estão em um nível de aquisição mais imediata, onde não caberia ao indivíduo questioná-las. A respeito desse tema, utilizo as contribuições de Carolina Muzitano:

Os nossos estados perceptuais, neste caso, nossas experiências sensíveis, parecem de uma natureza distinta das nossas crenças. Nossas experiências mostram-se para nós de forma muito mais presente que as nossas crenças, ao ponto de parecer não fazer sentido questioná-las: nossas experiências seriam evidentes. E, obviamente, tudo aquilo que é evidente não parece requerer uma justificação, pois a sua razão é dada por ela mesma. Assim, segundo esta tradição empirista, nossas crenças empíricas seriam a base de todo e qualquer conhecimento, afirmando com isso não apenas que o conhecimento que podemos adquirir depende, em certa medida, do nosso conhecimento empírico, como também que tal conhecimento empírico é um que independe de qualquer conhecimento prévio. (Muzitano, 2018, p. 35)

Segundo a teoria fundacionalista empirista as crenças empíricas são justificadas por experiências sensíveis, e essas por sua vez, não requerem justificação nenhuma. Sendo assim, a experiência sensível é a fundação última do conhecimento. Como resultado, pode-se afirmar que a tese fundacionalista soluciona o problema cético do regresso ao infinito visto que podemos adotar os estados perceptuais como o último nível de justificação epistêmica.

A adoção dessa concepção resulta em duas conclusões importantes: primeiramente afirma que todo conhecimento depende, em algum grau, do conhecimento empírico; e em segundo, afirma que o conhecimento empírico independe de outro conhecimento, pois são justificados por experiências sensíveis, consideradas “auto evidentes”.

Segundo Davidson, essa concepção precisa ser abandonada em prol do coerentismo. O coerentismo é uma corrente filosófica que enfatiza a coerência interna das crenças como critério principal para determinar a validade do conhecimento. De acordo com os coerentistas, uma crença é considerada justificada e verdadeira quando ela se encaixa harmoniosamente em um

sistema coerente de crenças. Nessa perspectiva, não é necessário recorrer a fontes externas de justificação, como a experiência sensorial ou evidências empíricas, para validar uma crença. Os coerentistas argumentam que as crenças individuais ganham sustentação e justificação ao fazerem parte de um todo coeso e lógico, essa abordagem foca na relação entre as crenças, avaliando como elas se relacionam e se apoiam mutuamente.

Na filosofia de Davidson, o coerentismo está diretamente relacionado à afirmação de que apenas crenças podem justificar outras crenças⁶¹, nesse sentido, discorda que as percepções possam ser consideradas justificadoras de crenças, ou seja, de que possuiriam um papel epistêmico. Em seu texto “A Coherence Theory of Truth and Knowledge”, expressa os motivos para tal posição. Primeiramente sinaliza que a aquisição de qualquer conhecimento pressupõe utilização de capacidades conceituais e uso de uma linguagem. Como abordado no capítulo anterior, não há um fora da linguagem, mas todo pensamento se dá no interior de uma linguagem. Sobre essa questão, Davidson (1983, p.141) faz referência à Richard Rorty:

O que distingue uma teoria da coerência é simplesmente a afirmação de que nada pode contar como razão para sustentar uma crença, exceto outra crença. O adepto à teoria da coerência rejeita como ininteligível o pedido de um fundamento ou fonte de justificação de outro tipo. Como disse Rorty, “nada conta como justificação a menos que seja por referência ao que já aceitamos, e não há como sair de nossas crenças e de nossa linguagem para encontrar algum teste que não seja a coerência”.⁶² (Richard Rorty, *Philosophy and the Mirror of Nature*, p. 178).

É importante destacar o que seria esse “papel epistêmico” no qual a tese coerentista resguarda apenas as crenças e não as sensações. Alguns teóricos recorrem a um conceito de “garantia epistêmica” para assegurar que as sensações/percepções pudessem ter um papel epistêmico, isso porque os estados perceptuais seriam responsáveis por fornecer conteúdo para as crenças (empíricas) e estariam assegurando, de alguma forma, a validade epistêmica dessas crenças, entretanto, isso não faria com que fossem “justificadoras” de crenças, já que, de fato a justificação pressupõe uma atitude proposicional do sujeito.

A filosofia de Davidson está propensa a considerar toda justificação do conhecimento como sendo de um tipo que possui conteúdo proposicional, isto é, já está baseada em uma capacidade conceitual (utilização de conceitos) e consciência do sujeito com relação a seu conteúdo. Não é algo que poderia ser de natureza imediata que simplesmente se mostra para o

⁶¹ (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 141)

⁶² No original: What distinguishes a coherence theory is simply the claim that nothing can count as a reason for holding a belief except another belief. Its partisan rejects as unintelligible the request for a ground or source of justification of another ilk. As Rorty has put it, ‘nothing counts as justification unless by reference to what we already accept, and there is no way to get outside our beliefs and our language so as to find some test other than coherence’. (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 141)

indivíduo, mas sim depende de um “estar consciente” por parte do sujeito e a experiência sensível não faria parte desse conjunto.⁶³

Outros teóricos compartilham da mesma tese de Davidson, por exemplo, Sellars que entende como “falácia naturalista” as explicações acerca do conhecimento a partir de fatos “não epistêmicos” como impressões ou dados sensíveis. De acordo com Sellars, para que algo funcione como justificação de uma crença, é preciso que ele tenha um conteúdo conceitual, tendo um papel de representar um certo estado de coisas e possuindo valor de verdade (passível de ser verdadeiro ou falso). A concepção fundacionalista acaba falhando pois cairia no dilema de, ou bem considerar que as experiências empíricas possuem conteúdo conceitual, já que servem como justificação de crenças, e precisariam ser justificadas, ou não precisam ser justificadas, mas não possuiriam papel epistêmico.

A relação entre as crenças empíricas e as experiências sensíveis é, então, de outra natureza, elas se conectam através de uma relação causal, ou seja, as sensações são responsáveis por causarem crenças, porém, é preciso não identificar essa vinculação causal como justificação epistêmica. A aquisição de informações sobre o mundo através dos sentidos se dá em um nível anterior ao do conhecimento. Somente após as informações estarem organizadas a partir de conceitos e serem, então, “crenças” é que se está trabalhando no nível epistêmico. Por não terem conteúdo representacional, essas informações não possuem valor de verdade (não são passíveis de serem verdadeiras ou falsas). Segundo Davidson, é preciso então diferenciar fundamentalmente as sensações das crenças, isso não significaria retirá-la do contexto do conhecimento, mas sim diferenciar sua função quando comparada a de justificação. Afirma Davidson:

A relação entre uma sensação e uma crença não pode ser lógica, pois sensações não são crenças ou atitudes proposicionais. O que é, então, essa relação? A resposta é, penso eu, óbvia: a relação é causal. Sensações causam algumas crenças e, neste sentido, são a base ou fundamento de tais crenças. Mas uma explicação causal para uma crença não mostra como ou por que a crença está justificada. (Davidson, Subjective, intersubjective, objective, 1983, p. 143).⁶⁴

⁶³ (Muzitano, 2018, p. 36)

⁶⁴No original: The relation between a sensation and a belief cannot be logical, since sensations are not beliefs or other propositional attitudes. What then is the relation? The answer is, I think, obvious: the relation is causal. Sensations cause some beliefs and in this sense are the basis or ground of those beliefs. But a causal explanation of a belief does not show how or why the belief is justified. (Davidson, Subjective, intersubjective, objective, 1983, p. 143)

3.2 O dado sensível como meio de dar objetividade ao conhecimento

O terceiro dogma do empirismo como a recusa da distinção esquema-conteúdo nos leva a uma recusa da epistemologia empirista e a uma conduta antifundacionista a respeito da epistemologia, como por exemplo, a posição coerentista. Uma possível contra argumentação em favor de uma abordagem fundacionista seria de que o dado sensível impõe uma restrição ao conhecimento garantindo-lhe uma objetividade, seria a partir das experiências sensíveis que estaríamos aptos a dizer que um conhecimento é verdadeiro ou falso. Nesse sentido, poderia uma epistemologia antifundacionista conceber a objetividade necessária para o conhecimento? Além disso, conceber uma fundamentação última impediria recair no problema da justificação “ad infinito”, sendo preciso então, identificar qual o critério para parar uma justificação sem com isso se assentar em um dogmatismo.

Marie McGinn em seu artigo intitulado “The third dogma of empiricism” expõe algumas considerações a respeito dessas questões. A autora apresenta quais seriam as consequências para a epistemologia ao não ser caracterizada a partir de uma ideia de fundamentação do conhecimento. De acordo com McGinn a epistemologia empirista “está comprometida a considerar o dado sensível como o fundamento absoluto, ou “condição limite”, do conhecimento da Ciência. A tarefa do epistemólogo empirista é elucidar esta forma particular de fundacionalismo com mais detalhes”.⁶⁵ (McGinn, 1981-1982, p. 91)

Dessa forma, pela perspectiva empirista, o conhecimento deveria estar assentado em última instância em algo absolutamente certo e incorrigível e o dado sensível cumpriria esse papel. O dado sensível está imune ao erro e é a base mais fundamental que podemos confiar, sendo assim, a evidência última para o conhecimento. Retirar a experiência sensível de cena, ou seja, não entender o dado sensível como esse âmbito absolutamente correto e árbitro para a verdade, significaria perder o valor objetivo do conhecimento e transformá-lo em algo “relativo” às concepções de cada indivíduo ou sociedade. Conforme afirma McGinn:

Considera-se que o dado sensível contém a própria ideia de objetividade e uma restrição independente à verdade. Desistir da noção de dado é, portanto, abandonar também as noções de verdade e de conhecimento; sem a noção do dado, os próprios seres humanos tornam-se os árbitros finais do seu próprio quadro científico. Por estas

⁶⁵ No original: Empiricist epistemology are United in regarding the given as the Absolute foundation, or “boundary condition”, of Science knowledge. The task of the empiricist epistemologist is to elucidate this particular form of fundacionalismo in more detail. (McGinn, 1981-1982, p. 91)

razões, então, argumentou-se que o dado deve representar um nível de evidência para a ciência.⁶⁶ (McGinn, 1981-1982, p. 94)

Entretanto, McGinn chama atenção ao fato de que o que conta como “evidência” para o conhecimento parece ser discutível. Para algo ser considerado evidência de algum conhecimento não é preciso que seja absoluto, metafisicamente correto, mas basta que em determinado contexto ele funcione como base, no sentido de não poder ser colocado em dúvida naquele momento. Afirma McGinn:

A evidência, neste sentido, não é nem metafisicamente certa nem incorrigível, mas compreende o que conta, para um propósito particular, como os fenômenos; isto é, compreende o que não está, num determinado contexto, atualmente em dúvida ou em teste. A alegação é que a noção dos empiristas de um nível fundamental de evidência, possivelmente inefável, mais básico do que isso não acrescenta nada a esta noção de evidência descrita em nossos próprios termos científicos.⁶⁷ (McGinn, 1981-1982, p. 93)

A perspectiva coerentista estabelece que, ao caracterizar a verdade para as sentenças mais simples é construído um conjunto, um todo de sentenças que funciona como parâmetro para caracterização da verdade para as demais sentenças. As sentenças que funcionam de base para as outras seriam aquelas no qual não faria sentido questionar, entretanto, em nenhum momento considera-se que elas sejam incorrigíveis e indubitáveis em qualquer contexto.

Davidson aponta para o fato de que o dado sensível ser pensado como evidência para a ciência no intuito de preservar alguma verdade objetiva está conectado a uma concepção da verdade pensada como uma correspondência entre as sentenças da linguagem e algo independente dela (a experiência ou realidade). Entretanto, conforme abordado anteriormente, não faz sentido pensar algo fora da linguagem, pois tudo já é pensado através da linguagem. Segundo Davidson, a teoria da verdade de Tarski na sua forma “S é verdadeira se e somente se P” seria capaz de tratar a verdade como uma questão objetiva sem, com isso, cair no dualismo mencionado.

A outra questão a ser respondida pelo antifundacionalista é: não sendo razoável falar em uma fundamentação última para o conhecimento, como poderá ser encerrado o processo de

⁶⁶ No original: The given is held to contain the very idea of objectivity and an independent constraint on truth. To give up the notion of the given is, therefore, to give up the notions of truth and knowledge as well; without the notion of the given, human beings themselves become the final arbiters in their own scientific picture. For these reasons, then, it is argued that the given must represent a level of evidence for science. (McGinn, 1981-1982, p. 94)

⁶⁷ No original: The evidence, in this sense, is neither metaphysically certain nor incorrigible, but it comprises what count, for a particular purpose, as the phenomena; that is, it comprises what is not, in a given context, currently in doubt or under test. The claim is that the empiricists' notion of a foundational level of evidence, possibly ineffable, more basic than this adds nothing to this notion of evidence described in our own, scientific terms. (McGinn, 1981-1982)

justificação? É preciso que seja fornecido um critério para parar a justificação das crenças sem que isso resulte em uma adesão dogmática a uma crença ou conjunto de crenças específicas.

A solução a ser dada está relacionada a recusa das dicotomias no qual a posição empirista parece estar inserida, desde o que foi criticado por Quine como a distinção analítico/sintético até o terceiro dogma do empirismo explicitado por Davidson que corresponde ao dualismo esquema conceitual/conteúdo empírico. Não deve haver mais diferença entre conhecimento da linguagem e conhecimento do mundo, trata-se de um só conhecimento.

O processo justificatório envolve entendimento dos significados de crenças e expressões, e essas, por sua vez, precisam ser analisadas através da forma em que são empregadas, ou seja, no seu uso cotidiano. Não é o caso do antifundacionista escolher parar o processo justificatório em determinado ponto arbitrariamente, mas sim que essa gama ou rede de crenças que não está sendo posta em dúvida são as mesmas que dão sentido as sentenças que estão sendo empregadas naquele momento. O que está em jogo é o próprio ato de falar de forma significativa. Podemos identificar essa reflexão nos trechos abaixo:

Compreender a linguagem é essencialmente empregar linguagem nos julgamentos. Segue-se disso, por sua vez, que o processo de justificar uma crença particular em um determinado contexto sempre pressupõe compromisso com uma massa de crenças que permanecem inquestionáveis e que, em conjunto, constituem, ou determinam, o significado (uso) das expressões que empregamos.⁶⁸ (McGinn, 1981-1982, p. 96)

Assim, o antifundacionista consegue assumir compromissos a uma massa de crenças, em qualquer caso particular de justificação, não dogmático, ao mostrar que é uma condição para poder falar de forma significativa ou expressar crenças.⁶⁹ (McGinn, 1981-1982, p. 96)

Como exemplo, McGinn ressalta que não faz sentido duvidar de que se está nesse momento acordada e olhando para uma folha de papel não porque tenha uma verificação absoluta dessas proposições, mas porque, seu compromisso com esses julgamentos representa a compreensão de sua linguagem e compreensão dos conceitos de verdade, falsidade, erro e verossimilhança. Com isso, é totalmente plausível sustentar o conhecimento humano sem que isso esteja assentado em uma fundamentação última. Uma doutrina antifundacionista como a de Davidson permite explicar a possibilidade do conhecimento, mostrando onde, em

⁶⁸ No original: understanding language is essentially employing language in judgments. It follows from this, in turn, that the process of justifying a particular belief in a given context always presupposes commitment to a mass of beliefs that remain unquestioned and which together constitute, or determine, the meaning (use) of the expressions we employ. (McGinn, 1981-1982, p. 96)

⁶⁹ No original: Thus, the anti-foundationalist succeeds in making commitment to a mass of beliefs, in any particular case of justification, undogmatic, by showing that it is a condition of being able to speak meaningfully, or to express beliefs, at all. (McGinn, 1981-1982, p. 96)

determinado contexto, o processo de justificação deve parar e sem precisar reivindicar por um conjunto de crenças que seja absolutamente incorrigível.⁷⁰

3.3 Sentenças observacionais

No primeiro capítulo, em que foi trabalhado os principais conceitos da filosofia de Quine, foi possível identificar a importância das chamadas “sentenças observacionais”. Essas sentenças são aquelas em que os vereditos a seu respeito se apoiam na estimulação sensorial do presente⁷¹, sendo assim, sua conexão com a experiência sensível se dá de maneira direta. Quine destaca, inclusive, que tais sentenças são fundamentais no processo de aquisição da linguagem e voltar-se para uma análise sobre essas sentenças se fez necessária tendo em vista a vinculação entre epistemologia e semântica no contexto de uma filosofia empirista, que quer manter uma fundamentação do conhecimento na experiência sensível.

Na abordagem coerentista de Davidson não caberia fazer essa distinção entre sentenças. Estabelecer uma separação entre sentenças no qual a verdade seria justificada pela experiência sensível e outras que seriam justificadas por outras sentenças é tão equivocada quanto determinar que as sensações poderiam servir como justificadoras de crenças, o que já se demonstrou insustentável no tópico anterior. Davidson sinaliza esse ponto no trecho a seguir:

Sugiro também abandonar a distinção entre sentenças de observação e o resto. Pois a distinção entre sentenças cuja verdade é justificada por sensações e sentenças cuja verdade é justificada apenas pelo apelo à outras sentenças consideradas verdadeiras é tão anátema para o coerentista quanto a distinção entre crenças justificadas por sensações e crenças justificadas apenas pelo apelo a outras crenças Sugiro também abandonar a distinção entre sentenças de observação e o resto.⁷²

Davidson argumenta que não há espaço para sustentar a existência de tais sentenças uma vez que não há fundamentação última na experiência, e não havendo assim, hierarquia entre as sentenças em termos de conexão com as sensações. Afirma Davidson:

As sentenças observacionais baseiam-se diretamente em algo como sensação – padrões de estimulação sensorial – e esta é uma ideia que tenho defendido que leva

⁷⁰ (McGinn, 1981-1982, p. 97)

⁷¹ (Quine, Epistemologia Naturalizada, 1975, p. 172)

⁷² No original: I now suggest also giving up the distinction between observation sentences and the rest. For the distinction between sentences belief in whose truth is justified by sensations and sentences belief in whose truth is justified only by appeal to other sentences held true is as anathema to the coherentist as the distinction between beliefs justified by sensations and beliefs justified only by appeal to further beliefs. (Davidson, Subjective, intersubjective, objective, 1983, p. 146)

ao ceticismo. Sem a ligação direta à sensação ou estimulação, a distinção entre frases de observação e outras não pode ser estabelecida em terreno epistemologicamente significativo.⁷³ (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 149)

Complementando os apontamentos de Davidson, cabe ressaltar que essas mesmas sentenças observacionais poderiam ser um risco para a tese do holismo, marca central da filosofia de Quine. As frases designadas como “sentenças observacionais” são as sentenças na qual o linguista precisa começar e possuiriam um conteúdo empírico próprio, sendo assim, elas seriam independentes das outras (da rede de sentenças). Isso parece ir contra a sua concepção holística de que o significado só se dá pelo todo.

Ao separar as sentenças nesses dois grupos (observacionais e teóricas), se estabelecem dois critérios de avaliação das teorias, onde, por um lado recorre ao holismo enfatizando que as sentenças estão conectadas e sua verificação precisa se dar conjuntamente uma com as outras. No argumento fornecido em *Dois Dogmas do Empirismo*, Quine inclusive reforça que o contato com a experiência se dá em todas as sentenças sendo apenas uma diferença de grau. E por outro lado, ao vincular epistemologia e semântica, mostra que as sentenças observacionais são o meio de representar o conteúdo empírico – como são as primeiras a serem aprendidas (possuem um papel no aprendizado infantil), são caracterizadas por uma relação imediata com a experiência sensível.⁷⁴

Por fim, Davidson sinaliza em sua análise sobre a necessidade de sair de uma lógica de resposta ao cético onde a problemática em questão já é em si infundada. O cético se coloca contra a possibilidade do conhecimento tendo em vista as perguntas sem resposta, como por exemplo o problema do regresso ao infinito. Quine ao naturalizar a epistemologia, dizendo que os nossos pensamentos e significados estão fundados nos sentidos, tenta fornecer uma resposta ao cético epistêmico, porém, Davidson reforça a urgência de sair deste ciclo onde há a batalha entre um ceticismo ininteligível contra as próprias tentativas fracassadas de respondê-lo⁷⁵.
Afirma Davidson:

Em “A Coherence Theory of Truth and Knowledge”, estive muito preocupado em defender uma abordagem alternativa ao significado e ao conhecimento, e em mostrar que, se esta alternativa fosse correta, o ceticismo não poderia decolar. Concordo com Rorty neste ponto; não me propus a “refutar” o cético, mas a fornecer um esboço do

⁷³ No original: Observation sentences are directly based on something like sensation—patterns of sensory stimulation—and this is an idea I have been urging leads to skepticism. Without the direct tie to sensation or stimulation, the distinction between observation sentences and others can’t be drawn on epistemologically significant ground. (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 149)

⁷⁴ Essa dificuldade foi trabalhada no artigo de Sofia Inês Albornoz “Empirismo e Fisicalismo: características do holismo epistemológico de Willard Quine” a partir das contribuições de Christopher Boorse.

⁷⁵ (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 157)

que considero ser uma explicação correta dos fundamentos da comunicação linguística e das suas implicações para a verdade, a crença e o conhecimento. Se admitirmos a exatidão deste relato, poderemos dizer ao cético para se perder. (...) será através do recurso a modos de análise e da adesão a padrões de clareza que sempre distinguiram a melhor filosofia e que, com sorte e iniciativa, continuarão a fazê-lo.⁷⁶ (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 157)

O caminho a ser seguido em termos de análise do conhecimento é aquele que se dá através de padrões de clareza e que compreende esses três conceitos (verdade, crença e sentido) conjuntamente, um dependendo intrinsecamente dos outros. A conexão entre esses três âmbitos está presente no princípio de caridade, onde reivindica que a interpretação de um falante deve se dar de tal forma que considere a maior parte das sentenças sustentadas por ele como verdadeiras pois considerar que o falante sustenta as sentenças que profere como verdadeiras nada mais é do que o considerar como possuindo crenças a respeito do mundo, ou seja, considerá-lo um sujeito racional. Afirma Davidson:

Analogamente, é impossível para um intérprete compreender um falante e ao mesmo tempo descobrir que esse falante está amplamente errado sobre o mundo. Pois o intérprete interpreta sentenças consideradas verdadeiras (o que não deve ser distinguido da atribuição de crenças) de acordo com os eventos e objetos no mundo exterior que fazem com que a sentença seja considerada verdadeira.⁷⁷ (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 150)

⁷⁶ No original: I was much concerned in 'A Coherence Theory of Truth and Knowledge' to argue for an alternative approach to meaning and knowledge, and to show that if this alternative were right, skepticism could not get off the ground. I agree with Rorty to this extent; I set out not to 'refute' the skeptic, but to give a sketch of what I think to be a correct account of the foundations of linguistic communication and its implications for truth, belief, and knowledge. If one grants the correctness of this account, one can tell the skeptic to get lost. (...) it will be through recourse to modes of analysis and adherence to standards of clarity that have always distinguished the best philosophy, and will, with luck and enterprise, continue to do so. (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 157)

⁷⁷ No original: Analogously, it is impossible for an interpreter to understand a speaker and at the same time discover the speaker to be largely wrong about the world. For the interpreter interprets sentences held true (which is not to be distinguished from attributing beliefs) according to the events and objects in the outside world that cause the sentence to be held true. (Davidson, *Subjective, intersubjective, objective*, 1983, p. 150)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado nesta dissertação, é possível compreender que os pontos levantados por Davidson a respeito da ideia de esquema conceitual e adoção de uma concepção coerentista da justificação epistêmica se apresentam como consistentes e necessários para pensarmos a epistemologia contemporânea e as relações do conhecimento.

No capítulo 1 foi apresentado os principais aspectos da filosofia de Quine, enfatizando as concepções que lhe são próprias em contraposição a tese dos empiristas clássicos e empiristas lógicos. Pôde-se identificar sua crítica à Carnap ao se referir como dogmática a distinção entre proposições analíticas e sintéticas e o estabelecimento de uma postura reducionista na verificação das sentenças. Posteriormente foi pontuada a correlação feita entre epistemologia e semântica onde Quine passa a se dedicar a uma investigação do significado das sentenças observacionais e a tratar do processo de aquisição da linguagem.

Através dos argumentos de “Palavra e Objeto”, em que se aprofundou na análise das sentenças observacionais e procurou garantir a sinonímia entre as frases “Gavagai” e “Coelho”, Quine chega à tese do relativismo conceitual, onde reitera a possibilidade de haver diferentes esquemas conceituais relacionados ao mesmo conteúdo empírico. Quine aponta para o fato de existirem traduções diferentes para uma determinada frase e todas elas serem compatíveis com a experiência sensorial.

Já os capítulos 2 e 3 trataram dos argumentos de Davidson contra a concepção empirista de uma maneira geral. Dispondo de seus textos “On the very idea of conceptual scheme” e “Radical Interpretation”, o segundo capítulo concentrou-se em apresentar as razões que fizeram caracterizar a tese relativista de Quine como um dogma, a saber o terceiro dogma do empirismo. Em seguida, foi abordada a teoria coerentista em contraposição à teoria fundacionalista na tentativa de explicitar o papel da experiência sensível no contexto da justificação do conhecimento.

Entendo como sendo um aspecto relevante na discussão tratada por Quine e Davidson, a reflexão a respeito do relativismo conceitual. Pensar a possibilidade de culturas ou formas de vida totalmente diferentes, que foi tema central para muitos outros autores contemporâneos. Por exemplo, podemos destacar o trabalho de Michael Foster ao discorrer sobre a concepção de Wittgenstein sobre a existência de gramáticas alternativas⁷⁸. A tese de Quine a respeito da

⁷⁸ As obras de Wittgenstein abrem espaço para interpretações distintas quanto a existência de gramática alternativas. Em alguns casos, aponta mais para uma perspectiva universalista, entendendo que não haveria nada fundamentalmente distinto entre as diferentes linguagens, e em outros aponta para uma leitura mais pluralista,

indeterminação da tradução, que prevê a existência de um “gap” na tradução e de esquemas conceituais distintos, pode se apresentar como uma forma de defesa de uma concepção pluralista das linguagens.

Em alguns casos, é nítido encontrar em uma mesma cultura ou sociedade que compartilha, inclusive, a mesma língua, formas de compreensão ou apreensão da realidade tão distintas (ditas atualmente como uma “cosmovisão” diferente) que impossibilita muitas vezes o diálogo racional. Pode haver algo como um “abismo” entre falantes sobre temas que lhes aparecem de forma drasticamente diferente. Sem enfatizar aqui neste trabalho os reais motivos dessa ocorrência, julga-se que isso está relacionado ao seu meio, ao local em que vive, às informações que consome, às pessoas com quem se relaciona, tudo isso molda o sujeito e o faz ter uma determinada visão a respeito da realidade.

Entretanto, essas diferenças não correspondem a um “esquema conceitual” diferente, o ponto chave é que não aderir ao relativismo conceitual não significa renunciar à diversidade/pluralidade entre as linguagens visto que a linguagem está relacionada a como damos significado as coisas, ou seja, ao nosso próprio modo de estar no mundo e isso de fato, é muito diferente entre as sociedades e/ou indivíduos. Conforme afirma Davidson no final de “On the very idea of conceptual scheme”: “O método não foi concebido para eliminar o desacordo, nem pode; seu objetivo é tornar possível um desacordo significativo”⁷⁹. Porém, cabe frisar que os desacordos se tratam de diferenças de opinião, e opiniões podem ser radicalmente distintas sem que com isso precisem ser designadas como um outro esquema conceitual.

onde “uma educação totalmente diferente pode ser base para conceitos inteiramente diversos”. Foster procura corroborar mais com a tese pluralista.

⁷⁹ No original: The method is not designed to eliminate disagreement, nor can it; its purpose is to make meaningful disagreement possible. (Davidson, *Inquiries into truth and interpretation*, 1974, p. 197)

REFERÊNCIAS

- BAGHRAMIAN, Maria. Davidson and Indeterminacy of Meaning. University College Dublin
- BROADBENT, Paul. Davidson and Conceptual Schemes. 2009. Master of Philosophy. The University of Birmingham.
- CARNAP, Rudolf. Empirismo, semântica e ontologia. In: Os pensadores, Vol. Schlick/Carnap. São Paulo, Victor Civita, 1975.
- CARNAP, Rudolf. Pseudoproblemas na filosofia. In: Os pensadores, Vol. Schlick/Carnap. São Paulo, Victor Civita, 1980.
- DAVIDSON, Donald. Inquiries into truth and interpretation. Second Edition. Clarendon Press Oxford, 1984.
- _____. Subjective, intersubjective, objective. First Edition. Clarendon Press Oxford, 2001.
- FREGE, Gottlob. Lógica e Filosofia da Linguagem. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2009.
- GIBSON, Roger. Willard Von Orman Quine. Cambridge University Press. 2004.
- GLOCK, Hans-Johann. Quine and Davidson on Language, Thought and Reality. Cambridge University Press. 2003.
- HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. A concepção científica do mundo - o círculo de Viena, 1929.
- HUME, David. Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. Tradução: Débora Danowski. São Paulo. Editora UNESP. 2009.
- LEPORE Ernie. LUDWIG, Kirk. A Companion to Donald Davidson. Wiley-Blackwell. 2013.
- LUDWIG, Kirk. Donald Davidson - Contemporary Philosophy in Focus. Cambridge University Press. 2003
- MCGINN, Marie. The Third Dogma of Empiricism. Proceedings of the Aristotelian Society. Vol. 82 (1981 - 1982), p. 89-101.
- MURPHEY, M. G. The Development of Quine's Philosophy. Springer. 2012.
- MUZITANO, Carolina Ignacio. Legitimação epistêmica: uma defesa externista para a justificação de crenças perceptuais. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NEURATH, Otto. Enunciados Protocolares, in Arte de Pensar-11, Aires Almeida e outros, Didáctica Editora, 2004.

OLIVEIRA, Debora. Significado e evidência: um debate entre Quine e Davidson. 2011.

PETTERSEN, Bruno B. A epistemologia naturalizada de Quine. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais.

QUINE, W. V. O. Dois dogmas do empirismo. In: De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos. Trad. Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. Sobre o que há. In: De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos. Trad. Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. Word and Object. Cambridge, Mass: Technology Press of the Massachusetts Institute of Technology, 1960.

_____. Palavra e Objeto. Trad. STEIN, S. A. e MURCHO, D. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

_____. Falando de Objetos. In: Relatividade Ontológica e Outros Ensaios. SILVA, O. (Trad.) Col. Os Pensadores: Ryle/Austin/Quine/Strawson. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

_____. Relatividade Ontológica. In: Relatividade Ontológica e Outros Ensaios. SILVA, O. (Trad.) Col. Os Pensadores: Ryle/Austin/Quine/Strawson. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

_____. Epistemologia Naturalizada. In: Relatividade Ontológica e Outros Ensaios. LOPARIE, A. (Trad.) Col. Os Pensadores: Ryle/Austin/Quine/Strawson. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

REALE, Giovanni. História da Filosofia: de Spinoza a Kant. São Paulo: Paulus, V. 4, 2005.

STEIN, S. I. A. Empirismo e Fisicalismo: características do holismo epistemológico de Willard Quine. In: *Philosophos*, vol. 8, n. 1, 2003.

TARSKI, A. A concepção semântica da verdade – textos clássicos de Tarski. Trad. BRAIBA, C. R., ASSIS, J. de P. DUTRA, L. H. A. MORTARI, C. A. Editora Unesp. 2007.

VELLOSO, Araceli. Quine e Davidson: estimulação distal ou proximal? In: *Philosophos*, vol. 10, n. 2, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.